

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

Editorial

A questão nodal

Três anos de governação socialista permitem-nos, sem margem de erro, dizer que a sua marca de água, é a arrogância, a ilusão e a propaganda.

Arrogância sobrejamente demonstrada na afronta permanente, soez e ignóbil, a estratos sociais pré determinados, erigidos em bodes expiatórios de todo os males.

Ilusão reiteradamente evidenciada com a criação de convicção nos cidadãos de que há um movimento reformador em curso, quando se mostra à saciedade que as reformas estruturais importantes na administração pública, na educação, na saúde e na justiça continuam por fazer.

Propaganda exuberantemente patenteada com a mistificação de factos ou iniciativas políticas, repetidos até à exaustão, para criar intencionalmente um clima de optimismo balofo divorciado da realidade.

Tudo visto e ponderado, é esta a avaliação feita pelos portugueses ao fim de três anos de governo. Uma avaliação negativa. Deletéria da auto - estima.

Da confiança. Da esperança.

O cerne da questão reside hoje em saber se o PSD será capaz de capitalizar o descontentamento, a revolta, a indignação que grassa na sociedade portuguesa.

Com se viu com os 100.000 professores no sábado passado.

É essa a questão nodal.

O resto não passa de ruído de fundo.

Jorge Neto

Lisboa, 12 de Março de 2008

Conselho Nacional na Maia



Propostas da Comissão Política aprovadas com maioria absoluta

Destaques:

“Eu cumpro os compromissos.

Há quem não perceba que, a partir de agora, mandam as bases.” – LFM

Em “Actividades do Presidente”

«Autismo preocupante» nas declarações de Sócrates sobre professores – Pedro Duarte

Em “Actividades do PSD”

«Actuação cega e excessiva que tem vindo a ser executada pela ASAE»

Em “Parlamento”, Rosário Águas

Conselho Nacional na Maia e outras acções de Luís Filipe Menezes



O Conselho Nacional do PSD reuniu-se na Maia, para estabelecer os novos regulamentos internos, que a direcção quer levar a votos apesar dos pedidos para que a votação seja adiada.

Em causa esteve a reforma dos regulamentos de quotas, financeiro, eleitoral, de militantes e das estruturas de emigração, que foi aprovada pela Comissão Política do PSD na terça-feira e colocada na página do partido na Internet na quinta-feira.

Entre outras alterações, a direcção de Luís Filipe Menezes validou a antiga possibilidade de os militantes fazerem os pagamentos de quotas em dinheiro e permitir que sejam feitos nas secções até ao momento das eleições.

A direcção de Luís Filipe Menezes que, no ano passado, elegeu 20 membros efectivos do Conselho Nacional, declarou na sexta-feira que a votação dos novos regulamentos aconteceria hoje apesar dos pedidos em contrário.

Os vice-presidentes do PSD Mendes Bota e Rui Gomes da Silva defenderam que a polémica sobre os regulamentos não passa de uma tentativa de derrubar o presidente do partido por parte de quem não aceitou o resultado das eleições directas de 2007.

A direcção do PSD afirmou que as regras agora propostas foram prometidas por Menezes na campanha para a liderança que obteve os votos

da maioria dos militantes, na sua moção aprovada em Congresso e estiveram desde então em debate interno.

O presidente do Conselho Nacional do PSD, Ângelo Correia, considerou que é inédito na vida do partido ser posta em causa a legitimidade do órgão máximo entre congressos para alterar regulamentos internos.

Luís Filipe Menezes informou os conselheiros do seu partido que “não haverá eleições internas até 2009”, assumindo-se como o candidato oficial do PSD a primeiro-ministro nas próximas legislativas. Na reunião de ontem do Conselho Nacional, realizada na cidade da Maia, o líder laranja obteve uma vitória em toda a linha, ao ver aprovada, de forma esmagadora, a reforma de cinco regulamentos do partido, deixando os opositores internos sem qualquer margem de manobra.

Num debate “sereno”, mas “intenso”, segundo o secretário-geral do PSD, José Ribau Esteves, o regulamento de quotas foi aprovado com 68% dos votos, enquanto o regulamento eleitoral obteve a aprovação de 75% dos conselheiros. Já o regulamento de admissão de novos militantes foi aprovado com 75% dos votos, o financeiro por 84% e o das comunidades por 87%. Em contrapartida, a moção apresentada

por Castro Almeida, um dos “portavozes” do grupo dos dez ex-secretários gerais críticos da actual liderança, que propunha o adiamento da votação, foi chumbada por 67% dos votos.

Os trabalhos, que decorrem à porta fechada, foram abertos com uma intervenção de Ângelo Correia, que rebateu a falta de argumentos do “grupo dos dez” antigos secretários-gerais. A defesa da moção da direcção do PSD coube a Ribau Esteves, que explicou detalhadamente as reformas em curso. Para além de Ribau, destaque para as intervenções de Carlos Carreiras, líder do PSD/Lisboa, e de Jorge Macedo, secretário-geral do PSD/Açores. As vozes mais críticas, para além de Castro Almeida, acabaram por ser as de Luís Rodrigues, João Granja e António Prôa, ex-vereador da Câmara de Lisboa.

“Foi uma votação muito expressiva”, reconheceu Menezes, admitindo estar “satisfeito” com a decisão dos conselheiros, que “representam diversas sensibilidades”. Instado a comentar a carta do “grupo dos dez” enviada ao presidente do Conselho Nacional, Ângelo Correia, ironizou à saída da reunião: “Estou mandatado para fazer um combate a José Sócrates e não com companheiros do meu partido”. Ao DN, no entanto, considerou a vitória como “estrondosa” e garantiu que os resultados do CN demonstram que

para além da proposta da direcção “não houve outro argumentário a debater”.

Aliás, antes dos trabalhos, Ângelo Correia, que é presidente da Mesa do Congresso e do Conselho Nacional do PSD, considerou que é inédito na vida do partido, ser posta em causa a legitimidade do órgão máximo entre congressos para alterar regulamentos internos.

“Não posso desautorizar os órgãos estatutários do partido, isso anularia o sentido da democracia representativa”, declarou à agência Lusa o presidente do Conselho Nacional do PSD.

A apreciação e aprovação de alterações a cinco regulamentos internos era um dos pontos da agenda da reunião de sábado do Conselho Nacional do PSD e registaram-se pedidos para que a votação dessas alterações seja adiada e objecto de debate.

De acordo com Ângelo Correia, por em causa “se um órgão soberano do partido tem credibilidade, legitimidade para alterar regulamentos é uma questão nova, nunca se tinha posto na vida do partido”.

“E mudámos imenso de regulamentos”, sublinhou o ex-ministro da Administração Interna.

“Nunca me lembro de em relação a nenhum regulamento do partido ter sido solicitado debate público”, reforçou Ângelo Correia.

Por outro lado, segundo o presidente do Conselho Nacional do PSD, em relação a uma parte das alterações aos regulamentos internos propostas pela direcção do partido “já há uma vontade soberana expressa pelos militantes e pelo Congresso”, com a aprovação da moção de estratégia de Luís Filipe Menezes no ano passado.

“Quanto a esses pontos é inquestionável que o Conselho Nacional vai ratificar uma decisão dos militantes e do Congresso. Nem tem de discutir, essa discussão já foi feita”, defendeu Ângelo Correia.

“Vou verificar se há novos pontos, vou ver se têm gravidade, se têm alcance especial de ruptura, de golpe de estado como até foi dito. Até agora ainda não notei isso”, acrescentou.

Interrogado se os conselheiros nacionais tiveram tempo suficiente para analisar as propostas da direcção do PSD de revisão de cinco regulamentos internos, Ângelo Correia referiu que estão na página do partido na Internet desde quinta-feira da semana anterior.

“Perguntarei aos membros do Conselho Nacional se conhecem os documentos”, adiantou Ângelo



Correia, que nas eleições de 2007 para a liderança do PSD foi o mandatário nacional da candidatura de Luís Filipe Menezes.

«O PSD ‘está no bom caminho’»

Convencido de que o PSD “está no bom caminho”, Menezes frisou que vai cumprir o compromisso que tem para com os militantes que o elegeram nas directas do ano passado. “Eu cumprio os compromissos. Há quem continue no partido a não perceber que houve uma mudança e que, a partir de agora, mandam as bases do PSD”, disse.

Considerando que o País está a assistir a “um sinal semelhante aquele que no final de um período de ouro da democracia portuguesa, que foi a governação de Cavaco Silva, culminou com manifestações”, dando o exemplo dos protestos na Ponte 25 de Abril contra as portagens. “Hoje é a Ponte 25 de Abril do engenheiro Sócrates”, disse, acrescentando que, “a partir de hoje, nada será como dantes”. Segundo Menezes, “vamos entrar num plano inclinado do ponto de vista de contagem decrescente desta maioria para uma derrota eleitoral”.

“O Governo desligou-se da democracia representativa”, afirmou, anunciando que o “PSD vai suscitar um grande debate parlamentar sobre a qualidade da nossa democracia. Menezes entende que o Executivo socialista “está a cercear a liberdade individual”. |

O Presidente social-democrata anunciou também que o PSD vai suscitar no Parlamento um debate sobre a qualidade da democracia portuguesa, numa altura em que considera que os portugueses estão com “receio de viver numa democracia controlada”, anunciou.

O líder social-democrata, que falava no final do Conselho Nacional, considerou que a manifestação de hoje dos professores em Lisboa corresponde à “maior revolta do ponto de vista social, dos portugueses contra um Governo, desde o 25 de Abril”.

“O PSD vai suscitar no Parlamento um debate alargado sobre o estado actual da democracia, a sua qualidade e a forma como as



liberdades estão a ser exercidas”, adiantou Menezes.

Para o líder do PSD, o que está a mobilizar os portugueses no seu protesto é “o receio de viver numa democracia controlada”.

“Esta revolta dos professores é contra aquilo que do ponto de vista das liberdades está a acontecer em Portugal: O ataque ao sindicalismo, a invasão de sedes de sindicatos e os processos disciplinares a profissionais que discordam da actuação do Governo na saúde e na educação”, afirmou.

Luís Filipe Menezes considerou que nestes sectores as políticas são escolhidas “não com base em objectivos e resultados mas para serem utilizadas para cercear as liberdades e a afirmação individual das liberdades” e apontou como exemplo destes processos “o regime de avaliação dos professores”.

Nestas escolhas, afirmou, “aparece sempre o longo tentáculo da governamentalização”.

Questionado sobre a aprovação, pelo conselho nacional, da sua proposta de alteração dos regulamentos internos do partido - criticada por vários opositores internos - Menezes considerou ter correspondido à “expressão clara da vontade do

partido”.

O líder social-democrata recusou-se a comentar os que dentro do PSD o criticaram nos últimos dias por esta proposta, afirmando-se mandatado para combater o engenheiro José Sócrates, não companheiros do partido

Luís Filipe Menezes justificou a sua afirmação de que o PSD ainda não está preparado para ser governo afirmando que “às vezes é preciso espicaçar o partido no balneário”.

“Não temos jogo amanhã mas só em 2009”, afirmou, considerando já ter conseguido muito, enquanto líder da oposição, pelo facto de já não ser dada como garantida a maioria absoluta do PS, que era considerada certa quando chegou à liderança do PSD.

“A maioria dos portugueses já não acredita neste governo. Não queremos ganhar por exaustão do adversário e por exclusão de partes, queremos que pensem que somos os melhores, para podermos realizar as reformas necessárias ao país”, disse.

Também o vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva tinha afirmado aos jornalistas, na sede nacional do partido, que a posição da direcção é manter a votação no sábado das novas regras de quotas, militantes, eleições, finanças e das estruturas de emigração.

“O partido reconhece-se nestas alterações”, defendeu, referindo que foram “debatidas nos últimos nove meses, desde Julho, desde a campanha para as directas, até hoje e estão na moção de Luís Filipe Menezes”.

De acordo com Rui Gomes da Silva, “uma das razões porque Luís Filipe Menezes foi eleito foi porque ninguém concordava com as regras que existiam”, designadamente quanto ao pagamento de quotas.

“Esta matéria não sofre de nenhum défice de debate, não é feita às escondidas de ninguém, antes pelo contrário”, sustentou o dirigente social-democrata.

“Estamos a cumprir uma promessa

que fizemos”, sublinhou Rui Gomes da Silva.

“Estamos a cumprir os compromissos assumidos e a cumprir a lei [do financiamento dos partidos]”, completou Ribau Esteves, em declarações à agência Lusa.

Ambos disseram que, no PSD, “normalmente, os documentos eram distribuídos à entrada do Conselho Nacional e havia uma, duas horas para votar”, como “aconteceu com o regulamento das directas do ano passado”, enquanto neste caso os novos regulamentos foram divulgados com dois dias de antecedência.

“O regulamento de quotas em vigor foi aprovado em 2005 só pela Comissão Política Nacional, o que legalmente é correcto, mas nós quisemos levar o assunto ao Conselho Nacional”, salientou, por outro lado, Ribau Esteves.

Rui Gomes da Silva destacou ainda que as regras que a actual direcção do PSD quer aprovar no sábado “são as mesmas regras, rigorosamente, com que Francisco Sá Carneiro e Aníbal Cavaco Silva foram eleitos presidentes do partido” e “iguais às de outros partidos”.

O vice-presidente do PSD alegou que as mudanças propostas combatem o controlo do processo de pagamento de quotas pelo secretário-geral e que a descentralização para as secções concelhias permite um maior escrutínio por parte de todas as candidaturas aos órgãos do partido.

Após o Conselho, reunião com mulheres em Gaia

O líder do PSD afirmou hoje que resta ao Governo tentar acabar o mandato “com a dignidade possível”, depois do corte “emocional” que sofreu da parte dos 100 mil portugueses que sábado se manifestaram em Lisboa.

A manifestação promovida pelos





professores na Capital representou “um corte emocional do país com o engenheiro José Sócrates e o seu governo”, pelo que já “não vale a pena pedir ao governo que comece a ouvir os portugueses”, disse Luís Filipe Menezes.

O apelo que o líder social-democrata entende fazer ao governo, neste momento, é o de que “faça o melhor que pode para que, quando o PSD tiver que governar, não herde uma situação tão má com a herdada em 2002”.

“Acabe o mandato com a dignidade possível”, exortou o dirigente social-democrata que falava aos jornalistas à margem de um convívio com mil mulheres de bairros sociais de Gaia.

Menezes reiterou que não pede a demissão da ministra da Educação, porque, segundo disse, “o que está em causa é a política deste primeiro-ministro”.

Reunião de Filipe de Menezes com Sindicatos dos Profissionais da Polícia

Luis Filipe Menezes, no final de uma reunião com o Sindicatos dos Profissionais da Polícia, defendeu que, os critérios de controlo de rendimentos, que são aplicadas aos detentores de cargos públicos, sejam alargadas a outras actividades profissionais “tão ou mais influentes”.

“Os políticos neste momento já são relativamente observados do ponto de vista de critérios de aferição da sua vida privada, do seu rendimento. Se pudermos reforçar esses critérios, pela minha parte estarei totalmente disponível a discutir e a analisar propostas (...), contudo penso que o que fazia mais sentido era aplicar estes critérios a um conjunto de outros cidadãos que ocupam funções de topo, tão ou mais importantes do ponto de vista da influencia da nossa vida comunitária quanto aquelas que alguns políticos ocupam”, defendeu Luis Filipe Menezes no final de uma reunião com o Sindicatos dos Profissionais da Polícia.

O líder do PSD reagia assim, em declarações aos jornalistas, à proposta do Bastonário da Ordem dos Advogados, Marinho Pinho, para que

a Assembleia da República, através de comissões parlamentares, averigue a riqueza dos deputados.

Menezes não rejeita novas medidas que reforcem a transparência patrimonial dos políticos, mas lembrou que da parte dos deputados há já a obrigatoriedade, tanto no início como no final das funções, de apresentarem declarações de rendimentos, declarações de património ou de mostrarem as contas bancárias, dados que são públicos e podem ser consultados no Tribunal Constitucional.

Por isso, o líder social-democrata entende que mais importante do que eventualmente reforçar esse regime seria vê-lo “alargado a outras actividades em Portugal”.

“Hoje o poder não é exclusivamente o poder dos políticos, é o poder dos comunicadores, que influenciam a opinião pública, é o poder de outras forças e de outros órgãos de soberania, é o poder de determinados agentes do sistema financeiro que muitas vezes é muito mais poderoso, um agente de topo do sistema financeiro, do ponto de vista da nossa vida colectiva que um agente político”, justificou Luís Filipe Menezes.

“Um deputado anónimo é bem menos influente do ponto de vista do condicionamento da nossa vida colectiva do que um magistrado, um director de um jornal, um banqueiro”, acrescentou.

O presidente do PSD sugeriu ainda que seja feito um debate na sociedade portuguesa sobre o alargamento dos

critérios de transparência a outros agentes, considerando que “é no mínimo um debate que deve ser aberto”, rematou.

O líder social-democrata, em declarações feitas à Imprensa, à margem da reunião, reduziu hoje a contestação interna a uma “borbulhagem” gerada pela ambição de quem começa a acreditar que o partido pode chegar ao poder nas próximas eleições legislativas, em 2009.

“Em quatro meses, trouxemos o partido de uma situação em que não pensava na vitória, para uma situação em que pensa na vitória. Quando isso acontece, o comportamento das pessoas altera-se, passa a haver mais ambição”, afirmou o líder social-democrata.

Nas perspectivas de Menezes, os resultados “evidentes” da sua liderança a este nível estão na origem de “alguma borbulhagem que anda no ar”, alertando, no entanto, que “agora é tarde” para os críticos se posicionarem para uma eventual chegada do PSD ao poder.

Nas declarações que prestou hoje aos jornalistas no Porto, Menezes escusou-se a comentar directamente as críticas internas, frisando que a sua maior preocupação é o combate político com o primeiro-ministro.

“Estou concentrado no combate a José Sócrates e à maioria”, respondeu Menezes, sempre que foi interrogado sobre as críticas internas surgidas nos últimos dias.

O líder social-democrata desvalorizou a actual situação interna, recordando a oposição que sofreu Francisco Sá Carneiro, que veio depois a conquistar uma maioria nas eleições legislativas.

“As bases do partido e o povo é que são importantes”, afirmou, salientando contar com esse apoio na liderança do PSD.

Para Menezes, depois dos portugueses terem percebido que “este governo e esta maioria estão a desmantelar-se”, torna-se importante “convencer os portugueses de que este PSD merece governar daqui a um ano e meio”.

“É esse o meu combate, não é fazer o jogo de José Sócrates”, frisou.

Luis Filipe Menezes queixou-se novamente da desigualdade existente

na cobertura dos órgãos de comunicação social aos actos do governo e dos partidos da oposição, recordando que, no domingo, “o primeiro-ministro teve meia hora na televisão para explicar o inexplicável na querela com os professores”.

“É altura do PSD e a oposição terem o mesmo direito”, afirmou.

Declarações de Mendes Bota

Também o vice-presidente Mendes Bota criticou, na Maia, o grupo de ex-secretários-gerais do partido que se opunha à aprovação dos regulamentos internos, afirmando que fazem um tipo de oposição que visa “a terra queimada” no partido.

“É um tipo de oposição que visa derrubar (esta liderança) a qualquer custo”, disse, acrescentando que “a maior parte são personalidades que já deram trabalho ao partido, mas que ninguém os vê em actividade nenhuma no PSD”.

Segundo Mendes Bota, é muito estranho que se juntem todos agora para vir publicamente tomar uma posição sobre uma questão interna quando não se lhes conhece nenhuma opinião sobre o que é essencial, que é o sofrimento dos portugueses.

O social-democrata afirmou mesmo que a actuação dos ex-secretários-gerais está inserida “numa campanha mais vasta de pessoas que ainda não perceberam que há uma nova liderança no partido, que não pactua com os interesses do bloco central”.

Mendes Bota disse que o grupo de ex-secretários-gerais “caucionam todos os outros”, ou seja, aquelas pessoas, para quem “tanto lhes dá que esteja o PSD ou PS no poder, porque a sua cortiça é suficientemente ampla para não naufragar”.

O vice-presidente do partido afirmou que esta liderança do PSD “tem uma postura de defesa dos interesses dos portugueses”.

Apesar de discordar de uma afirmação de Pedro Duarte, a confiança do Presidente não foi afectada

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, afirmou hoje discordar do deputado Pedro Duarte sobre a intervenção do Presidente da República em matéria de educação, mas acrescentou que pretende mantê-lo porta-voz do partido para o sector.

“Discordo da observação que ele fez quanto ao comportamento do Presidente da República, em absoluto, mas não é razão para deixar de ser porta-voz da educação, caso queira continuar a exercer essas funções”, declarou Menezes, em conferência de imprensa, na sede do PSD.

O presidente do PSD elogiou a actuação de Cavaco Silva: “Identificamo-nos completamente até agora com a forma como o senhor da Presidente da República tem exercido o seu cargo”.

“Contrasta com outras formas que





levaram por exemplo a que caísse um governo de maioria liderado pelo PSD há três anos. Tem demonstrado que o Presidente da República num sistema semi-presidencial pode ser um facto de coesão nacional, de dinamização do progresso, de incentivo ao Governo no sentido de fazer o melhor possível. Achamos que este é o caminho certo, é a conduta apropriada”, considerou.

Luís Filipe Menezes elogiou igualmente Pedro Duarte, dizendo que “é um deputado qualificado, um jovem deputado que tem talento”, e salientou que o PSD “é um partido aberto, democrático em que cada um pode emitir livremente a sua opinião”.

Pedro Duarte escreveu na sua página na Internet, www.pedroduarte.com, que Cavaco Silva “tem assumido uma insustentável condescendência com a caótica situação que se vive no sistema de ensino”, opinião que mereceu também o desacordo do líder parlamentar do PSD, Pedro Santana Lopes, na segunda-feira.

Luís Filipe Menezes ressaltou que, apesar de apoiar a actuação do Presidente da República, o PSD tem uma posição “de grande contestação às grandes linhas desta política de educação, muito casuística, sem lógica global”.

Questionado pelos jornalistas, voltou a declarar que não tenciona participar na manifestação de professores convocada para sábado e reiterou que antevê “uma grande manifestação” em que estarão “portugueses de todas as matizes, de todos os credos, de todas ideologias”.

“É uma manifestação legítima, que evidencia um repúdio generalizado dos portugueses em relação à política educativa”, comentou.

Menezes pede urgência na aprovação da nova legislação sobre justiça criminal

O presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, pediu urgência na aprovação da nova legislação sobre justiça criminal, embora ressaltando a possibilidade de o partido não apoiar as propostas da maioria socialista.

Em conferência de imprensa, na sede do PSD, Luís Filipe Menezes referiu-se a “um conjunto de legislação pendente que é urgente que seja aprovada”, composto pela Lei Orgânica da Polícia Judiciária (PJ), a Lei de Bases da Investigação Criminal e a Lei de Segurança Interna.

“Independentemente da nossa posição, que aliás não é indispensável para que qualquer uma destas leis seja aprovada, temos a disponibilidade para acelerar processos”, declarou.

Sobre a posição do PSD, Luís Filipe Menezes adiantou que o partido apenas reclama “alterações de detalhe no que diz respeito à Lei de Organização da PJ”, mas exige mudanças mais profundas para votar a favor dos outros dois diplomas.

“Fizemos propostas, algumas foram aceites, outras não. Achamos

que ainda não existem condições para podermos votar favoravelmente essas leis”, disse, acrescentando que o apoio do PSD só depende “da boa vontade” da maioria socialista.

Menezes pediu que a nova legislação seja aprovada com urgência dada “a situação de insegurança que se está a viver de forma muito marcada, nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto”.

“As soluções para esta problemática não vão ser encontradas de um dia para o outro, porventura só poderão ser encontradas lá mais para diante com um outro Governo e com uma nova política”, considerou.

Tendo como um dos objectivos conter o aumento da criminalidade, o presidente do PSD insistiu na ideia de um “Polis social”, em que o Estado central assuma os empréstimos feitos pelas autarquias para a construção de habitação social desde que estas se comprometam a investir o mesmo valor em equipamentos sociais.

“É uma proposta que iremos fundamentar nas próximas semanas na Assembleia da República”, afirmou.

Questionado sobre a lista de porta-vozes do PSD, respondeu: “Ao longo das semanas temos vindo a apresentar vários porta-vozes, o ritmo somos nós que definimos, não é o senhor primeiro-ministro”.

A seguir, anunciou que “o porta-voz para a comunicação social será o deputado Agostinho Branquinho”.

Entrevista ao “Jornal de Notícias” metas para o crescimento económico

Em entrevista ao Jornal de Notícias, o líder social-democrata lamenta que as críticas internas de que tem sido alvo estas não sejam feitas de forma “mais frontal, mais assumida, mais objectiva”, mas retira o seu desafio de directas antecipadas, que tinha lançado em Fevereiro.

“Este meu partido não está em saldo. Tiveram essa oportunidade”,

disse, num ‘recado’ aos críticos.

Ao Jornal de Notícias, Luís Filipe Menezes anunciou uma nova meta para o crescimento económico do país que, se for Governo, terá como referência a Espanha e não a União Europeia.

“O objectivo de Portugal será, em quatro anos, estar a subir um ponto percentual acima da economia espanhola (...) A ambição é crescer mais do que a Espanha, não é aproximarmo-nos da média da União Europeia que não é uma boa referência neste momento”, refere.

Na entrevista, o líder do PSD antecipa ainda alguns nomes que poderão vir a disputar as eleições autárquicas de 2009, como o líder da distrital de Lisboa, Carlos Carreiras, na capital, Marco António Costa, em Gaia, e Rui Rio, no Porto.

“Se Rui Rio quiser continuar, não existe qualquer razão para não ser o candidato apoiado pelo partido”, afirmou Menezes, defendendo que a regra será o PSD concorrer sozinho nas legislativas e “na maioria das autarquias” mas garantindo que não irá obstaculizar coligações que partam das estruturas locais.

Quanto a um possível regresso ao PSD de Valentim Loureiro ou Isaltino Morais, Menezes foi claro: “Tenho algumas dúvidas que voltem ao partido personalidades que, neste momento preciso, andam a apoiar José Sócrates e o PS”.

Ao JN, Menezes reafirma que irá quebrar o acordo com o PS na lei eleitoral autárquica, caso os socialistas não recuem na possibilidade de os presidentes de Junta de Freguesia votarem os orçamentos municipais.

“Se o PS não aceita é porque não queria reforma do sistema eleitoral (...) Entre presidentes de Junta de todo o país unidos numa pretensão justa e o PS, estarei sempre do lado dos primeiros”, garantiu.

Visita ao bairro do “Picapau Amarelo”

Luís Filipe Menezes, considerou há dias, durante uma visita ao Bairro do Pica-Pau Amarelo, no concelho de Almada, que há “um vazio em Portugal complicado” porque o seu partido “ainda não merece ser Governo” e “o PS já não merece ser Governo”.

“Há um paradoxo. É que, da mesma maneira que o PSD ainda não merece -mas vai merecer- ser Governo, o PS já não merece ser Governo. Portanto temos aqui um vazio complicado, que o maior partido da oposição vai ter de resolver rapidamente merecendo ser Governo”, declarou.

Menezes disse que a sua opinião sobre o mérito do PSD para ser Governo “não é uma autocritica em termos pessoais, é uma autocritica em termos institucionais” ao seu partido.

“Temos de ser humildes, e ser humildes é ter consciência que ainda não fizemos o suficiente para que os portugueses confiem em nós plenamente. Vamos ter de continuar a trabalhar”, defendeu.

“Temos de o fazer a tempo de ganhar eleições. Em 2009 temos de estar em condições de poder vencer eleições”, acrescentou.

Na visita Luís Filipe Menezes lembrou que os bairros de barracas estão a aumentar nas áreas metropolitanas, defendendo por isso que o Estado assegure habitação condigna aos imigrantes legais nos mesmos termos dos cidadãos portugueses.

Apontando como exemplo a construção de barracas no bairro da Costa de Caparica, onde esteve durante a manhã de quarta-feira, Menezes manifestou que é altura de haver políticas públicas que previnam este tipo de fenómenos.

Para o líder do PSD, o direito dos imigrantes a uma habitação condigna ganha relevância «devido ao surto de obras públicas que aí vem do qual resultará um novo surto de imigração».



Ribau Esteves, anunciou a aprovação “de forma largamente maioritária” das alterações a cinco regulamentos internos do partido

O secretário-geral do PSD, Ribau Esteves, anunciou hoje, na Maia, que o Conselho Nacional aprovou “de forma largamente maioritária” os cinco regulamentos internos do partido.

“Os princípios da transparência, do rigor, de informação como instrumento de mobilização dos nossos militantes para vida activa estão bem materializados nestes regulamentos como é óbvio e claro, e como demonstra esta votação expressa”, disse Ribau Esteves.

Segundo referiu, esta votação deixa claro que estes representantes dos militantes têm uma opinião muito diferente de quem criticou.

“Esta é a resposta clara de um partido que quer esta reforma, que quer que os seus militantes tenham mais facilidade em participar, um partido que confia nos militantes e que sabe que o seu exercício de liberdade no pagamento da quota é meramente instrumental”, acrescentou.

Ribau Esteves adiantou ainda que a “própria moção que previa o adiamento da votação foi claramente chumbada”, tendo recebido 67 por cento dos votos contra, acrescentou.

O secretário-geral do partido precisou que o regulamento de quotas foi aprovado com 68 por cento dos votos, o regulamento eleitoral com 75 por cento, o regulamento financeiro aprovado por 84 por cento, o regulamento de admissão de militantes por 75 por cento e o regulamento das comunidades por 87 por cento.

Para Ribau Esteves, este debate “marcou o final de um trabalho longo”, que teve início na campanha de eleição do líder, Luís Filipe Menezes.

O social-democrata disse também que o Conselho Nacional do PSD subscreveu, e de uma forma “claramente unânime”, lançar uma campanha de angariação de militantes.

“É uma operação de convites”, disse, acrescentando que o objectivo é recuperar militantes, num total de cerca de 200 mil.

Antes do Conselho Nacional: porquê votar os novos regulamentos

A direcção do PSD declarou, antes do Conselho Nacional da semana passada, que os novos regulamentos internos vão ser votados no sábado, alegando que são debatidos desde Julho e têm o apoio maioritário do partido, que elegeu Menezes e a sua



moção.

O secretário-geral do PSD, José Ribau Esteves, disse à agência Lusa que “com certeza” os novos regulamentos propostos pela direcção do partido vão a votos no Conselho Nacional de sábado.

“Vamos ter a discussão e a votação no órgão próprio”, acrescentou.

Segundo o secretário-geral do PSD, a reforma dos regulamentos que está em cima da mesa “foi aprovada pelos militantes nas directas e na moção de Luís Filipe Menezes” e acontece “depois de grande debate no Conselho Nacional, nas distritais e nas concelhias”.

Ribau Esteves argumentou que “não pode qualquer grupo de dez militantes pôr em causa o que dezenas de milhares de militantes decidiram”, referindo-se aos sociais-democratas que pedem o adiamento da votação e um período de debate sobre as propostas da direcção.

Também o vice-presidente do PSD Rui Gomes da Silva afirmou hoje aos jornalistas, na sede nacional do partido, que a posição da direcção é manter a votação no sábado das novas regras de quotas, militantes, eleições, finanças e das estruturas de emigração.

“O partido reconhece-se nestas alterações”, defendeu, referindo que foram “debatidas nos últimos nove meses, desde Julho, desde a campanha

para as directas, até hoje e estão na moção de Luís Filipe Menezes”.

De acordo com Rui Gomes da Silva, “uma das razões porque Luís Filipe Menezes foi eleito foi porque ninguém concordava com as regras que existiam”, designadamente quanto ao pagamento de quotas.

“Esta matéria não sofre de nenhum défice de debate, não é feita às escondidas de ninguém, antes pelo contrário”, sustentou o dirigente social-democrata.

Por seu lado, o vice-presidente Mendes Bota considerou hoje que a carta de dez ex-secretários-gerais a contestar as alterações aos regulamentos internos é “uma campanha para destruir e derrubar o líder do partido”, Luís Filipe Menezes.

“É uma campanha que visa, por qualquer meio, tentar destruir e derrubar um líder democraticamente eleito”, afirmou o vice de Menezes, num comentário à carta de dez ex-secretários-gerais sobre as mudanças aos regimentos, em debate no Conselho Nacional do PSD, no sábado.

O vice-presidente social-democrata lembrou que “todos” os subscritores da carta foram apoiados do ex-líder Luís Marques Mendes nas eleições que deram a vitória a Luís Filipe Menezes.

Mendes Bota afirmou que as mudanças propostas “não justificam

este alarido” e que é “mais um pretexto da escalada de um grupo de pessoas que, por mais notórias que sejam”, têm por objectivo “pôr em causa os resultados” das eleições internas que deram a vitória a Luís Filipe Menezes, a 28 de Setembro de 2007.

O vice-presidente social-democrata garantiu que as alterações correspondem às promessas de Luís Filipe Menezes durante a campanha interna, por exemplo, de os militantes poderem pagar as quotas até ao dia da votação.

É um sistema que, lembrou, existe em partidos na Espanha, França ou Alemanha e é adoptado por partidos como o PS e o CDS-PP.

Para Mendes Bota, o pedido dos ex-secretários-gerais de um debate mais alargado sobre os regulamentos não faz sentido dado que as mudanças foram tema - “e tema central” - da campanha interna para a liderança do partido.

Os regulamentos anteriormente em vigor, criticou Mendes Bota, lançavam a suspeita sobre os militantes - “tratados como se fossem gangues do multibanco” e “indispunham os militantes”.

“Os militantes querem ser tratados como pessoas de bem”, justificou. - **(Leia mais sobre o Conselho Nacional, em “Actividades do Presidente”)**



Entidades reguladoras devem ser nomeadas pelo Presidente da República, ouvida a respectiva Comissão do Parlamento

O PSD vai voltar a propor, ainda este mês, que os presidentes das autoridades reguladoras passem a ser nomeados pelo Presidente da República, na mesma altura em que se define quem vai ser o próximo responsável máximo pela Autoridade da Concorrência.

Os sociais-democratas pretendem, também, que quem for proposto para liderar qualquer uma das autoridades reguladoras existentes passe a ser previamente ouvido na Assembleia da República, com o objectivo de suscitar o debate político e garantir ao Parlamento uma maior intervenção no processo.

O deputado social-democrata Mário Patinha Antão defendeu, em declarações à agência Lusa, que o processo de escolha dos presidentes das autoridades reguladoras “deve ser feito em três passos: a proposta, o debate político na Assembleia da República e a nomeação pelo Presidente da República”.

“Entendemos que a independência das autoridades reguladoras fica melhor defendida com uma maior intervenção da Assembleia da República [no processo]”, afirmou.

A proposta do partido liderado por Luís Filipe Menezes, que será apresentada nas próximas duas semanas, recupera os princípios da proposta apresentada pelo partido em Janeiro de 2007, sem sucesso, quando Luis Marques Mendes era o presidente do PSD.

“Sem prejuízo do direito de iniciativa do Governo, entidade a quem entendemos dever continuar a competir formular propostas de nomeação dos membros dos órgãos de direcção das entidades reguladoras, propomos que a nomeação de tais membros caiba ao Presidente da República e, por outro lado, que a decisão de nomeação seja precedida da realização de uma audição pública na comissão parlamentar competente da Assembleia da República”, referia a proposta apresentada na altura.

Patinha Antão disse à Lusa que o PSD está a trabalhar nestes pressupostos e que a proposta final deverá estar pronta no prazo de 15 dias, na mesma altura em que deverá ser conhecido o futuro de Abel Mateus como presidente da Autoridade da Concorrência.

“Entendemos que existem condições para esta iniciativa ser reapreciada e apelamos aos outros partidos para que haja consenso”, disse Patinha Antão.

Abel Mateus termina a 24 de Março o seu mandato de cinco anos como primeiro presidente da Autoridade da Concorrência, mas antes, a 12 de Março, será ouvido na Assembleia da República, onde fará



um balanço da actividade do regulador.

«Autismo preocupante» nas declarações de Sócrates sobre professores

O PSD definiu como um “autismo preocupante” as declarações do primeiro-ministro, que hoje relativizou o número de professores que se manifestaram sábado contra as políticas educativas do Governo e reiterou a confiança na ministra da Educação.



“As declarações do primeiro-ministro [José Sócrates] revelam um autismo preocupante” e “denunciam que se cortou o elo de ligação entre o primeiro-ministro e o país”, reagiu à agência Lusa o porta-voz social-democrata para a área da Educação, Pedro Duarte.

“O que me convence não é a força dos números, é a força da razão”, afirmou hoje José Sócrates quando confrontado pelos jornalistas com o número de professores que se juntaram em Lisboa contra o sistema de avaliação.

Um dia depois de cerca de 100 mil professores se terem feito uma marcha da indignação contra Maria de Lurdes Rodrigues, exigindo a sua demissão, o primeiro-ministro disse respeitar a manifestação mas garantiu que vai manter a ministra.

“A saída da ministra não está, nem nunca esteve em causa”, disse Sócrates,

no final de um encontro de jovens da área da esquerda progressista, “Geração de Ideias”, alguns deles do PS, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa.

Para Pedro Duarte, as declarações do primeiro-ministro revelam que “existe um desfasamento entre a orientação do governo e o sentido do país”.

O porta-voz social-democrata sustentou mesmo que o problema já não passa pela permanência da ministra da Educação e não se limita às políticas educativas, mas sim a algo “mais preocupante e mais estruturante”.

O executivo de José Sócrates “entrou numa curva decrescente, está numa fase de declínio”, reforçou Pedro Duarte.

Cem mil professores desfilaram no sábado durante cerca de cinco horas, em Lisboa, na “marcha da indignação” exigindo a demissão da ministra da Educação, a renegociação do Estatuto da Carreira Docente e a suspensão do processo de avaliação de desempenho.

A “Marcha da Indignação” foi organizada pelos dez sindicatos de professores, unidos numa plataforma, e integra a semana de luta convocada pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, que termina dia 14 com uma greve geral.

PSD insiste numa explicação de Sócrates sobre o que se passa com os professores

O PSD instou hoje o primeiro-ministro a “explicar o que se passa nas

ruas”, na sequência da manifestação de professores em Lisboa, que ao “juntar entre 80 a 100 mil” docentes ultrapassou a “contestação a uma política sectorial”.

Em declarações à Agência Lusa, o porta-voz social democrata para o Ensino Superior, José Canavarro, caracterizou a manifestação da tarde de hoje como uma “demonstração da eloquência e da espontaneidade dos professores, o que corresponde a uma evidente e a um manifesto descontentamento pela política que tem vindo a ser desenvolvida”.

A mesma fonte sublinhou que a manifestação “ultrapassou o descontentamento sectorial e mostrou um descontentamento geral” e por isso o primeiro-ministro José Sócrates “terá que fazer um comentário aos portugueses sobre o que se passa hoje nas ruas dada a dimensão da manifestação”.

“Estão presentes professores de todos os partidos, é visível a presença dos órgãos sindicais, mas também milhares de portugueses marcaram presença a nível individual e espontânea. É uma manifestação que junta entre 80 a 100 mil pessoas”, referiu.

“Não deve ser apenas a ministra da Educação a dar explicações, mas também o primeiro-ministro sobre a forma como entende a manifestação. Os portugueses merecem essa explicação”, insistiu.

Questionado sobre se a ministra Maria de Lurdes Rodrigues deveria demitir-se, como solicitou o líder do Bloco de Esquerda, José Canavarro afirmou que o PSD não o pede e argumentou ser uma “questão que deve ser gerida pelo Governo”.

O primeiro-ministro e a ministra da Educação têm que produzir algum entendimento sobre o que se passa e tomar decisões”, respondeu o social-democrata, criticando a forma de actuar do Governo, já que “mesmo em maioria absoluta tem que haver o culto da democracia”.

José Canavarro lamentou que o PSD nunca tenha sido consultado na definição da política da Educação, argumentando ainda a necessidade de “uma política de diálogo com a oposição e com os parceiros”.

“O Governo devia ouvir os outros e hoje o primeiro-ministro e a ministra da Educação estão a ouvir o que os



portugueses estão a dizer”, sublinhou.
Temas: Política, Partidos e movimentos

PSD de Vila do Conde e deputado Miguel Relvas, acusa polícia de “controlar junto de várias escolas a participação de professores na manifestação de sábado”

O PSD de Vila do Conde acusou hoje a polícia local de controlar junto de várias escolas a participação de professores na manifestação de sábado, em Lisboa, mas os responsáveis pelas escolas desvalorizaram, dizendo que foram tratadas apenas “questões logísticas”.

Em comunicado enviado hoje às redacções, o presidente da comissão política concelhia do PSD vilacondense, Pedro Brás Marques, afirma que os “longos tentáculos do poder socialista chegaram a Vila do Conde”.

“Atrás de uma pergunta aparentemente inocente, procura-se não só obter informação sobre o número de professores que se deslocaram (através do cálculo de rácio autocarros/passageiros) como fazer constar que a polícia está alerta à situação e assim inculcar-se o medo naqueles que desejarem deslocar-se à



capital e aí manifestar livremente o seu desacordo para com a política governamental de educação”, referiu Pedro Brás Marques.

Para o PSD de Vila do Conde, o comportamento “do Ministério da Administração Interna, envergonha o Governo e o país”.

A responsável pela polícia de Vila do Conde escusou-se a prestar qualquer informação.

Por outro lado, o deputado por Santarém, Miguel Relvas, que que o Ministério da Administração Interna “esclareça a infame situação” que foi a ida da polícia a escolas para obter informações sobre a participação de professores na manifestação de sábado.

Miguel Relvas, eleito pelo círculo eleitoral de Santarém, onde se situa a escola de Ourém visitada pela polícia, considera esta situação “atentatória dos direitos liberdade e garantias” e pede que sejam assumidas consequências.

Segundo disse, se o Governo Civil de Santarém falou verdade quando afirmou à Lusa que não deu qualquer ordem no sentido de a PSP averiguar quantos autocarros iriam participar na manifestação de professores agendada para sábado em Lisboa, “então o ministro da Administração Interna deve assumir as consequências”.

“Se, pelo contrário, as notícias que hoje atribuem ao Governo Civil de Santarém a autoria da decisão” das diligências policiais em estabelecimentos de ensino “estiverem correctas”, este “deve assumir as consequências”, disse o cabeça de lista do PSD em Santarém.

Santos Pereira e o “défice” de 60% nos testes de alcoolemia

Um deputado do PSD apresentou hoje um requerimento com questões ao Governo onde critica que tenham sido feitos no ano passado apenas um terço dos testes de alcoolemia a condutores recomendados pela União Europeia (UE).

O relatório sobre sinistralidade rodoviária registada em 2007 indica que foram feitos 605 mil testes pela GNR e PSP, quando, de acordo com o recomendado pelas instâncias europeias, deviam ter sido feitos 1,7

milhões, aponta Fernando Santos Pereira, deputado do maior partido da oposição.

As propostas comunitárias apontam para que cada condutor faça, em média, um teste de alcoolemia de três em três anos.

“O álcool continua a ser uma das causas motivadoras da elevada sinistralidade”, considera Santos Pereira.

A segunda questão levantada pelo deputado refere-se ao “desvio de mais de quatro milhões de euros” destinados à prevenção e educação rodoviárias “para outras áreas que nada têm a ver” com estes objectivos.

Este caso é apontado pelo eleito do PSD como exemplo de que a “política transversal de redução da sinistralidade foi abandonada nestes três anos de governação” do PS, que se seguiram a executivos liderados pelo PSD.

Santos Pereira considera ainda que o facto de se terem registado em 2007 mais quatro mortos em acidentes de viação do que os 850 ocorridos no ano anterior revela uma “quebra absoluta de tendência [de descida] dos últimos anos, o que não deixa de ser preocupante”.

Os acidentes rodoviários diminuíram um por cento no ano passado face a 2006, apesar de se ter verificado um ligeiro aumento de quatro mortos de mortos, segundo o relatório anual de sinistralidade de 2007, hoje apresentado em Lisboa.

Em declarações à Agência Lusa, o presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR), Paulo Marques, avançou que no ano passado houve um total de 35.311 acidentes.

Aqueles acidentes provocaram ainda 3.116 feridos graves, menos 10,5 por cento do que em 2006, adiantou Paulo Marques.

O mesmo responsável disse que os números das vítimas mortais foi superior ao do ano passado e são aqueles que são fornecidos à ANSR





pelas forças de segurança e que correspondem às mortes ocorridas no local do acidente e durante o caminho para o hospital.

Para Paulo Marques, 2007 foi um “ano de estabilização” com valores “parecidos aos de 2006”.

Quando à fiscalização da condução sob efeito de álcool, o relatório indica que quase metade das 40 mil detenções efectuadas no ano passado pela GNR e PSP no âmbito das acções de fiscalização de trânsito deveu-se a elevadas taxas de alcoolemia.

Alterações à legislação sobre ensino especial

PSD e PS aprovaram alterações à legislação sobre ensino especial, criando a possibilidade de crianças

especial, caso os apoios no ensino regular se manifestem “comprovadamente insuficientes”.

Na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República, onde as apreciações parlamentares foram discutidas, os socialistas aprovaram ainda uma proposta de alteração dos sociais-democratas, que estipula no texto da lei que os pais das crianças com necessidades educativas especiais vão poder solicitar a mudança de escola, caso discordem com as medidas educativas definidas pelo estabelecimento de ensino onde o estudante está inscrito.

Por outro lado, o PS aprovou igualmente outra proposta do PSD, que estipula que no final de cada ano lectivo uma avaliação global sobre a pertinência e utilidade da Classificação Internacional de Funcionalidade,

alterações foram ainda ‘chumbadas’ pelas deputadas independentes da bancada do PS Maria do Rosário Carneiro e Teresa Venda.

Aprovados na generalidade, os projectos de lei com alterações ao regime de Segredo de Estado

O PS e o PSD aprovaram hoje, na generalidade, os seus projectos de lei com alterações ao regime de segredo de Estado e chumbaram as propostas do PCP e do Bloco de Esquerda.

O projecto do PS, que regula o acesso do Parlamento a documentos classificados como segredo de Estado e cria uma comissão de fiscalização, foi aprovado com os votos da própria bancada socialista, do PSD e teve os

dirigidos à pesquisa de informações”, a ser submetido ao Parlamento.

Fim da obrigação de os partidos terem um número mínimo de filiados

O Parlamento aprovou hoje por unanimidade o fim da obrigação de os partidos terem um número mínimo de filiados, com a direcção da bancada social-democrata a argumentar que a verificação desse requisito colide com normas constitucionais.

O projecto de lei da autoria de Quartin Graça e Carlotto Marques, do MPT, e de Nuno da Câmara Pereira, do PPM, deputados independentes na bancada do PSD, recebeu os votos favoráveis de todas as bancadas.

O ex-líder da bancada parlamentar do PSD Marques Guedes e o deputado Matos Correia votaram favoravelmente por estarem sujeitos à disciplina de voto mas apresentaram declarações de voto em que lamentam a mudança de posição do PSD sobre a matéria face ao que foi aprovado em 2003.

A lei dos Partidos Políticos em vigor foi aprovada em 2003 pela então maioria PSD/CDS-PP com o acordo do PS.

O diploma aprovado hoje elimina a exigência de um número mínimo de filiados e o artigo que previa que o Tribunal Constitucional verifica regularmente o cumprimento desse requisito.

O projecto de lei recupera uma proposta do PS em 2003, admitindo a extinção judicial dos partidos políticos que não concorram a durante um período de seis anos consecutivos a eleições legislativas, europeias e autárquicas.

Outros dois diplomas, um do PCP e um do Bloco de Esquerda, que propunham alterações mais profundas à Lei dos partidos políticos em vigor, foram “chumbados” com os votos contra do PS, PSD e CDS-PP e favoráveis do PCP, PEV e BE.

No debate, o deputado Pedro Pinto, da direcção da bancada social-democrata, justificou a mudança de posição do PSD face a 2003 argumentando que a aplicação prática da lei, em vigor desde 2005, mostrou que havia “possíveis choques” com normas constitucionais.

“A necessidade de verificação nos moldes impostos pela lei de 2003 veio sem dúvida introduzir possíveis choques com as normas constitucionais em matéria de reserva dos cidadãos sobre a divulgação da sua filiação partidária e da protecção dos dados pessoais fazendo lembrar outros tempos e outras práticas”, afirmou.

O deputado lembrou que em 2003, quando foi aprovada a lei, todas as bancadas votaram favoravelmente, na especialidade, a alínea que impunha um número mínimo de cinco mil filiados.

Quanto ao artigo que previa a verificação pelo Tribunal Constitucional, Pedro Pinto frisou que também não houve votos contra na



com necessidades educativas especiais frequentarem instituições de educação especial, caso os apoios no ensino regular se manifestem “comprovadamente insuficientes”.

A reforma da Educação Especial, aprovada em Conselho de Ministros, foi publicada em Diário da República a 07 de Janeiro, com o objectivo de transformar as instituições de ensino especial em centros de recursos materiais e humanos, até 2013, e ter todas as crianças, gradualmente, no sistema de ensino regular, numa lógica de escola inclusiva.

Contudo, no âmbito de dois pedidos de apreciação parlamentar requeridos pelo PSD e pelo CDS-PP foram agora introduzidas alterações ao diploma, que define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo.

Entre as alterações aprovadas está a possibilidade das crianças com necessidades educativas especiais frequentarem instituições de educação

Incapacidade e Saúde da Organização Mundial de Saúde, no âmbito da referenciação e avaliação das crianças com necessidades educativas especiais.

Ficou ainda definido que as condições de funcionamento e financiamento das instituições de educação especial, bem como os modos de acesso e frequência dos alunos com necessidades educativas especiais a estes estabelecimentos de ensino serão definidos por portaria.

O Partido Socialista aprovou ainda outra proposta do PSD, tendo em vista a eliminação da revogação de dois artigos de um despacho, como previa o diploma do Governo.

Assim, os alunos que revelem capacidades de aprendizagem excepcionais e um adequado grau de maturidade a par do desenvolvimento das competências previstas para o ciclo que frequentam vão poder continuar a progredir mais rapidamente, saltando um ou dois anos de escolaridade durante o ensino básico.

Além do voto contra das bancadas do CDS-PP, PCP, BE e PEV, as

votos contra do PCP, Bloco de Esquerda, PEV e a abstenção do CDS-PP.

O diploma do PSD sobre a mesma matéria também prevê uma comissão de fiscalização, com composição ligeiramente diferente, teve uma votação idêntica, à excepção do Bloco de Esquerda, que se juntou ao CDS-PP na abstenção.

Os diplomas do PCP e do Bloco foram chumbados com o voto do PS, PSD e CDS-PP e os votos favoráveis dos proponentes.

No seu projecto, o PCP regula os termos em que o Parlamento pode ter acesso a documentação classificada, prevendo-se, nomeadamente, que seja fundamentada a recusa por parte das entidades classificadoras.

Os comunistas propõem que todos os partidos com assento parlamentar estejam representados nessa comissão.

O Bloco de Esquerda (BE) propunha que o Governo aprove anualmente um documento com as “orientações gerais” da política de segurança interna e externa, “bem como os critérios governamentais

especialidade - o PCP e o BE abstiveram-se, tendo votado contra a lei na votação final global.

Legislação previne “excessos” na actuação da ASAE

O Parlamento debate quarta-feira projectos de resolução do PSD e do CDS-PP que recomendam ao Governo que altere a legislação que regula a da ASAE para “prevenir excessos” de actuação e proteger os pequenos produtores.

O projecto de resolução do PSD propõe a criação de um estatuto especial para pequenos produtores e empresas que assegure a sua subsistência e a criação de instrumentos legislativos que garantam a “viabilidade e manutenção da produção, distribuição e comercialização dos produtos tradicionais”.

Em declarações à Lusa, a deputada social-democrata Rosário Águas adiantou que o PSD propõe ainda que o Governo oriente a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica para que tenha uma “atitude mais pedagógica e preventiva, e não apenas repressiva e de fiscalização”.

“A actuação da ASAE tem sido mediática, repressiva e até aparatosa gerando a desconfiança dos agentes económicos e dos consumidores”, afirmou.

O projecto de resolução do CDS-PP propõe ao Governo PS que mude a lei orgânica e os regulamentos da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) aditando normas que possam prevenir “excessos de actuação” e reforçar a componente pedagógica daquela Autoridade.

Em declarações à Agência Lusa, o deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares defendeu que a ASAE não pode tratar um pequeno comerciante que tem uma janela partida como se fosse um criminoso, nem pode exigir a um pequeno restaurante o mesmo que exige a um restaurante de mil metros quadrados”.

O diploma propõe que o Governo estabeleça que a ASAE possa dar prazos para adaptação às normas, reservando a “aplicação de coimas e

sanções acessórias para os casos de manifesto incumprimento”.

Por iniciativa do PS, a comissão de Assuntos Constitucionais aprovou em Fevereiro a criação de um grupo de trabalho para fazer um levantamento dos produtos tradicionais que necessitem de um “enquadramento específico” nos regulamentos sobre segurança e higiene.

Quer o PSD quer o CDS-PP criticam a iniciativa por considerarem que cabe ao Governo fazer esse trabalho e defendem que o essencial é adaptar os regulamentos europeus que já prevêem a possibilidade de adequar as normas gerais à produção tradicional em cada país.

“Entre o anúncio da criação desse grupo de trabalho e hoje há pelo menos um produto tradicional que desapareceu: as amêndoas de Portalegre”, afirmou o deputado Mota Soares, referindo-se a uma fábrica em Portalegre que labora dois meses por ano e que “foi aconselhada pela ASAE a fechar” por não cumprir as normas legais.

Por outro lado, “para reforçar a transparência”, o CDS-PP pretende que o Governo publique anualmente, com o relatório de actividades dos serviços, o “número de pendências judiciais com origem nos autos da ASAE” e a “taxa de sucesso dessas acções judiciais”.

PSD acusa PS pelo atraso nas leis de segurança interna e de organização da investigação criminal

PSD acusa PS pelo atraso nas leis de segurança interna e de organização da investigação criminal, num debate na Assembleia da República sobre os recentes casos de violência no país.

No período de declarações políticas, em que CDS-PP e PSD levantaram a questão da criminalidade, o vice-presidente da bancada social-democrata Luís Montenegro lembrou que há um ano que o Parlamento aguarda os diplomas do Governo sobre organização da investigação criminal e a lei de segurança interna.

O vice-presidente do grupo parlamentar do PS, Ricardo Rodrigues



admitiu, aliás, que a maioria socialista no Parlamento opte por avançar sozinha com os diplomas.

O deputado Luís Montenegro explicou que o PSD esperava pronunciar-se quanto à lei de segurança interna, que definiu como “arquitectura do sistema”, para depois analisar a lei orgânica da PJ e lei de organização da investigação criminal.

O Governo, insistiu Montenegro, é que “falhou todos os prazos” que tinha anunciado - Fevereiro de 2007, Junho de 2007, Setembro de 2007 e inícios de 2008.

“Já estamos em Março de 2008 e nada”, disse Luís Montenegro.

Luís Montenegro rebateu as acusações de “alarmismo tremendista”, afirmando estar apenas a dar expressão às “preocupações dos cidadãos”.

“As pessoas estão alarmadas porque os crimes violentos aumentaram. Não estão alarmadas por o PSD falar no assunto”, disse.

Na última semana, casos de violência já causaram sete mortes na área de Lisboa, sobretudo na zona de Loures.

Na segunda-feira, um segurança do Centro Comercial Colombo, em Lisboa, foi encontrado morto com três facadas no peito.

PSD quer organizar uma conferência nacional dos professores que são militantes sociais-democratas

O PSD pretende organizar uma conferência nacional que junte as centenas de professores que são militantes do partido, anunciou hoje à agência Lusa o secretário-geral dos

Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), Arménio Santos.

“Pensamos preparar uma grande realização de professores sociais-democratas para data oportuna que possa ser uma oportunidade para a definição das grandes linhas do PSD para toda a área educativa”, declarou Arménio Santos.

O secretário-geral dos TSD adiantou que essa realização será “uma espécie de congresso” onde estarão “muitas centenas de professores” e que a data será divulgada pelo presidente do PSD, Luís Filipe Menezes.

Antes dessa conferência, o presidente do PSD e o secretário-geral dos TSD vão reunir-se quinta-feira com professores do partido num jantar em Lisboa, dois dias antes da manifestação de professores que está convocada para sábado.

“Mesmo que a manifestação estivesse distante, a associação evidente é a insatisfação do sector da educação. O objectivo do jantar é conversar com os nossos companheiros com responsabilidades sindicais”, afirmou Arménio Santos à agência Lusa.

Segundo Arménio Santos, no jantar estarão presentes cem professores dos TSD, estrutura sindical do PSD composta por sindicalistas da UGT e de sindicatos independentes.

Dos mais de 40 mil membros dos TSD, cerca de quatro mil são professores, referiu o dirigente e deputado do PSD.

Na quarta-feira da semana passada o presidente do PSD esteve reunido com sindicatos de professores filiados na UGT e independentes e com a Federação Nacional de Professores (FENPROF), que é filiada na CGTP. – Fontes: Lusa, DN, Expresso, Sol, TSE, RDP, Coord, e fotos, Povo Livre





Intervenção do Deputado Ricardo Martins Assembleia da República – Reunião Plenária – 7.MAR.2008 Acompanhamento da situação de pobreza em Portugal

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

O Bloco de Esquerda e o Partido Socialista trazem hoje a esta Câmara dois Projectos de Resolução que visam, no essencial, criar mecanismos de avaliação e acompanhamento da pobreza em Portugal e do desempenho dos actuais instrumentos de acção social.

O Bloco de Esquerda apresenta-nos um diagnóstico da pobreza e defende uma vigilância activa, não sobre as medidas a montante que impeçam os portugueses de cair na condição de pobreza mas uma vigilância sobre os resultados dos instrumentos de apoio social vigentes.

O Partido Socialista, não tendo como fugir à evidência do aumento da pobreza, vem apenas propor a assunção de um dever de vigilância, que é já o nosso enquanto Deputados e, porque menos pareceria mal, propõe ainda a elaboração de mais um relatório.

Sossegam-se assim as consciências, mostra-se preocupação social mas, no essencial, fica tudo na mesma.

Quanto a novas propostas e medidas concretas de combate à pobreza e exclusão social, nada. Nem uma palavra.

Para o PSD o que é verdadeiramente importante é combater a pobreza impedindo que os portugueses caiam nesta condição.

E a melhor maneira de o fazer é promovendo o desenvolvimento, é criando emprego e riqueza que possa depois ser distribuída com justiça e equidade.

Quando não se investe em políticas estruturantes e estruturadas que evitem a pobreza, gasta-se depois mais, muito mais, em apoios sociais que na maioria dos casos não conseguem inverter o fenómeno.

Infelizmente em Portugal falham essas políticas e os resultados estão bem à vista.

Portugal registou, em 2007, a maior taxa de desemprego das duas últimas décadas, 8%;

Em 2006, e segundo o INE, 18% da população portuguesa encontrava-se em risco de pobreza, valor que salta para os 31% quando falamos do risco de pobreza para a população em situação de desemprego.

E se apenas considerarmos os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, então 40% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza.

Mas se o risco de pobreza é elevado e preocupante para a população em geral, ele é dramático entre os idosos e atinge fóruns de escândalo quando atinge as crianças e os jovens.



No combate à pobreza dos idosos, o Governo fez diminuir o crescimento das pensões, apesar de um saldo positivo da Segurança Social que permitiria um apoio mais efectivo, e o Complemento Solidário para Idosos anunciado e prometido para 300 mil idosos apenas chegou a 60 mil.

Quanto à pobreza nas crianças, a Comissão Europeia coloca Portugal no grupo dos países que registam os indicadores mais elevados da União Europeia (UE). Segundo a **Proposta de Relatório Conjunto sobre Protecção**

e **Inclusão Social 2008**, 24% das crianças portuguesas encontravam-se expostas ao risco de pobreza, em 2005, sendo que na UE a 25 apenas a Polónia e a Lituânia apresentavam indicadores piores.

Estes elementos são bem demonstrativos da incapacidade do Governo em promover o desenvolvimento e o emprego e até em cumprir, como anuncia e promete, uma melhoria das prestações sociais.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados,

O PSD é muito sensível às questões da pobreza, que a todos devem envergonhar, e que entende ser a primeira denegação de justiça, a justiça social.

O PSD não se opõe, antes pelo contrário, a um acompanhamento mais eficaz e à feitura de relatórios pormenorizados sobre a evolução da pobreza em Portugal, mas não se revê na resignação que subjaz a estas iniciativas.

Para nós, o verdadeiro combate à pobreza faz-se:

- apostando em **políticas que promovam um forte crescimento económico** e a consequente criação de riqueza;
- faz-se através de uma **política activa de promoção do emprego**;
- com **políticas de apoio à família** e

- com **políticas sociais** que garantam uma maior equidade na distribuição dos apoios mas que, simultaneamente, dêem o necessário impulso para que a condição de pobreza seja rapidamente ultrapassada.

Infelizmente não é esse o caminho que está a ser percorrido.

Disse.

INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS MONTENEGRO A.R., 5 DE MARÇO DE 2008

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A Assembleia da República, como órgão de soberania representativo da vontade plural do povo português, como casa mãe da nossa democracia, como epicentro do debate político nacional, não pode, não deve escamotear a realidade do País e os sentimentos mais claros das populações.

Portugal vive hoje num clima de crescente insegurança. Denunciá-lo, apreender e compreender os seus efeitos na vida das pessoas e das empresas é, antes de mais, a obrigação daqueles que nesta Câmara exercem o poder de representação popular.

Mas é mais do que isso!
É um exercício de responsabilidade.

Exercício esse, que deve ainda exigir do poder político, e em especial do Governo, respostas objectivas que se constituam como tranquilizadoras da comunidade que servimos.



O PSD de há muito que vem alertando o Governo e a maioria PS para os novos fenómenos de criminalidade. Para as suas características cada vez mais violentas e para a consequente atmosfera de

medo que se vem instalando.

A nossa intenção nunca foi nem é aproveitar os trágicos episódios de criminalidade violenta para adensar qualquer ambiente de alarme social.

A nossa preocupação, que queremos seja a preocupação de todos, é a de salvaguardar a liberdade dos nossos concidadãos, e proteger os seus direitos individuais.

O sentimento de insegurança que marca a vida dos portugueses nos dias de hoje, abala o nosso sistema democrático, diminui a liberdade e prejudica a economia.

E transporta problemas sociais que vão avolumar aqueles que já hoje estão na origem de muita criminalidade.

Senhoras e Senhores Deputados, Aos alertas do PSD e de toda a oposição como respondeu o Governo?

Primeiro desprezou. Seguindo a máxima de que "o pior cego é aquele que não quer ver" quis descansar as populações com números.

As pessoas com medo de sair à rua, de deixar os filhos nas escolas e os



idosos sozinhos em casa, e o Governo a dizer: “não se preocupem, as estatísticas são boas!”.

Aqueles que um dia, a propósito da economia, disseram ao país que os Portugueses não são números, afirmam agora que a liberdade e a segurança se medem com estatísticas.

Não obstante, com o avanço da situação, com a crispação em que entretanto se envolveram as instituições investigatórias, com o evidenciar das deficiências de articulação e cooperação dos agentes judiciários e policiais, lá viria o insubstituível Ministro dos Assuntos Parlamentares, qual porta-voz de clínica-geral, num estilo cada vez mais verrinoso e caceteiro decretar da sua tão despudorada quanto frágil autoridade: “lamentável e intolerável o comportamento do PSD de cavalgar questões de segurança!”.

Senhoras e Senhores Deputados, O assunto é demasiado sério.

A organização do Estado democrático de direito não pode perder o combate da prevenção e repressão da criminalidade.

E todos devemos saber que o respeito pela autoridade do Estado pressupõe uma confiança real na eficácia, na independência, no prestígio e na proximidade das instituições judiciais e policiais.

Ao poder político, e ao Governo em particular, cumpre exigir três medidas muito concretas.

primeira, ao nível da arquitectura e operacionalidade do sistema de justiça e de investigação criminal.

A segunda, ao nível dos meios e equipamentos e dos recursos humanos das Forças de Segurança.

A terceira, de garante do prestígio e da credibilidade dos agentes.

Ao nível da redefinição do edifício legislativo do Sistema de Segurança Interna e da Investigação Criminal, anunciada nesta Câmara há precisamente um ano, continuam por chegar aqui a nova LSI e LOIC, essenciais para promover a estruturação, a coordenação e cooperação entre os agentes judiciários e policiais.

O PSD mantém as reservas na construção desse modelo potenciador de governamentalização de investigação e da informação criminal, por um lado, e da disseminação das competências investigatórias, por outro lado.

No entanto, reafirmamos o que sempre dissemos, isto é, estas duas leis, como travestras do enquadramento legal e institucional do sistema, deviam ter sido as primeiras a ser discutidas, na AR e não devem protelar-se mais tempo.

No domínio dos equipamentos e dos meios humanos, defendemos maiores transferência financeira para os órgãos de polícia criminal, em especial para a Polícia Judiciária. Discordámos do congelamento das admissões na PSP e na GNR e do encerramento de postos e esquadras,



porquanto uma e outra medida, além de despropositadas, transmitem uma ideia perigosa de afastamento, de falta de proximidade entre as forças e serviços de segurança e as populações.

Finalmente, ao nível da garantia e preservação do prestígio e credibilidade das nossas instituições. Bem cedo alertámos o Governo para a

convergência de algumas atitudes e medidas geradoras de um ambiente de crispação, nas magistraturas e nas forças de polícia.

O Governo, ao invés de serenar a conflitualidade institucional, contribuiu para o seu agravamento.

Por isso, Senhoras Deputadas,

Senhores Deputados,

Termino apelando a todos, mas muito especialmente ao Governo para que, com a urgência e firmeza que a situação impõe, apresente ao País medidas objectivas que favoreçam a eficácia da investigação criminal, o prestígio das instituições e a relação de proximidade entre as forças e serviços de segurança dos cidadãos.

As notícias de hoje mesmo já denotam uma inversão da estratégia do Governo.

Esperemos que não se tratem de “fogachos” de última hora porque é imperativo tomar opções de fundo que devolvam a confiança e a tranquilidade aos portugueses, às famílias e às empresas.

Disse.

DISCURSO DO DEPUTADO JOÃO BOSCO MOTA AMARAL, EM NOME DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD, NO DEBATE NA GENERALIDADE SOBRE PROJECTOS DE LEI RELATIVOS AO SEGREDO DE ESTADO

(Assembleia da República, 6 de Março de 2008)



Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e
Senhores Deputados:

Seja-me permitido uma breve evocação de índole pessoal.

Por esta mesma altura, há 32 anos — em Março de 1976 — a Assembleia

Constituinte ultimava os trabalhos relativos à elaboração da Constituição do 25 de Abril.

Subi então à tribuna para participar na discussão dos projectos sobre o novo regime autonómico dos Arquipélagos portugueses do Atlântico, os Açores e a Madeira.

Não é sem uma ponta de emoção

que aqui volto uma vez mais, agora para me pronunciar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, acerca de um tema — o segredo de Estado — que parecendo embora menor é, no entanto, estruturante da organização do Estado na democracia avançada e de qualidade que temos e queremos cada vez mais fortalecer em Portugal.



O Estado democrático é, por natureza, aberto e só pode mesmo consolidar-se numa sociedade também ela aberta e plural, na qual estejam fortemente implantados os valores do respeito dos direitos humanos e das liberdades cívicas, bem como da partilha e limitação do poder político.

A transparência democrática do exercício do poder exige o escrutínio permanente dos actos de quem dele é titular, seja por órgãos, políticos ou judiciais, disso encarregados, seja também pelos cidadãos e pelas cidadãs e pelas entidades que têm função de intermediar os seus interesses e aspirações, nomeadamente os partidos políticos e os meios de comunicação social.

O princípio natural é pois, em democracia, a publicidade dos actos do Poder, dos motivos que os determinam e dos procedimentos que aos mesmos conduzem.

O segredo tem de ser a excepção à regra. Mas justifica-se, em certas situações e sobre temas particularmente melindrosos, quando esteja em causa um interesse superior da própria comunidade nacional.

A lei do Segredo de Estado vigente — Lei n.º 6/94, de 7 de Abril — especifica as áreas em que é possível invocar o segredo de Estado para restringir o acesso a informações e documentos. E sujeita tal classificação a uma regra de fundamentação, limitando-a por uma série de princípios, que me dispensou de enumerar, por serem do conhecimento geral; estabelece ainda quem tem poder para operar a classificação e o prazo de vigência dela — quatro anos no máximo, à partida. Tudo isso parece razoável e não levanta objecções.

Onde a lei em vigor falha é no tocante ao papel do Parlamento neste importante domínio. Com efeito, a Assembleia da República surge aqui diminuída, em moldes incompatíveis com a sua dignidade de representante directo do Povo Português e poder supremo na República. O segredo de Estado não pode ser oponível ao Parlamento em termos tais que pareçam situá-lo como uma entidade alheia ao Estado, quando precisamente é a instituição parlamentar o centro dele.

A insatisfação do Parlamento tem mantido o tema na agenda, praticamente em todas as legislaturas posteriores a 1994. Mas por uma razão ou por outra, os processos legislativos não têm chegado ao fim.

As diligências para alterar o quadro legal em vigor foram iniciadas pelo PS. Na VIIIª e na Xª Legislatura juntou-se-lhe o PSD e agora também

o PCP, este num projecto de diploma de mais amplo escopo. Fazemos votos para que desta vez é que seja mesmo — e fique resgatada a honra do Parlamento!

Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e
Senhores Deputados:

O projecto que tenho a honra de subscrever limita aos três mais altos titulares dos Órgãos de Soberania — Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro — o poder de classificar como segredo de Estado qualquer documento enquadrável nos termos e nas condições previstas na lei.

Outras entidades, nomeadamente, os Ministros, só o podem fazer a título provisório, remetendo logo a decisão ao titular competente.

Ao Presidente da Assembleia da República confere-se o direito de total acesso a quaisquer documentos classificados como segredo de Estado, parificando a sua posição, neste domínio, com a do Presidente da República e do Primeiro-Ministro.

Os Membros do Parlamento passam a poder aceder também a esses documentos através do Presidente da Assembleia da República e dos Presidentes dos Grupos Parlamentares e das Comissões Parlamentares. Não se trata, obviamente, de um acesso total e indiscriminado, que não seria razoável; mas preenchidas as cautelas indicadas, o Parlamento passa a poder dispor de todos os elementos, mesmo os mais sensíveis, para o bom desempenho das suas funções constitucionais, nomeadamente a fiscalização do Governo e a participação em certas áreas das relações externas e da defesa nacional.

A fiscalização do regime do segredo de Estado passa a competir a um órgão parlamentar, composto por três Deputados, extinguindo-se a entidade independente prevista desde 1994 e que aliás, apesar de empossada em 1999, nunca funcionou. Nunca funcionou porque não era mesmo para funcionar — e não digo isto para varrer a minha testada, já que fui eleito pelo Parlamento para integrar tal Comissão. A única competência da dita Comissão era pronunciar-se perante eventuais queixas de particulares a quem tivesse sido negado acesso a qualquer documento sob invocação do segredo de Estado, previamente ao recurso gracioso ou contencioso de tal decisão governamental.

Do facto de nunca ter sido convocado para qualquer reunião da malfadada Comissão deduzo que nunca foi apresentada nenhuma queixa com tal conteúdo... O que



evidencia que ou o Estado não tem segredos ou os cidadãos e as cidadãs não têm sido suficientemente curiosos para deles indagarem.

No projecto de lei do PSD, o organismo a estabelecer para fiscalizar a correcta e salutar aplicação do segredo de Estado recebe logo o encargo de fazer o levantamento dos documentos como tal classificados, recolhendo a informação correspondente das entidades com competência para esse efeito.

Cabe-lhe ainda manter actualizadas as classificações atribuídas, podendo mesmo determinar a desclassificação, nos casos em que já não se justifique, por decurso do prazo ou por cessação das razões que a fundamentaram.

Também lhe incumbe apreciar, sem recurso — por se tratar de um juízo político, portanto não jurisdicionalizável — as queixas que lhe sejam dirigidas sobre a matéria.

Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e
Senhores Deputados:

Uma referência sintética aos outros diplomas em debate sobre este tema.

O projecto de lei do PCP tem objectivos mais amplos, abrangendo

também a fiscalização do funcionamento do Sistema de Informações da República Portuguesa.

A valorização do papel do Parlamento é, segundo o respectivo articulado inegável. Mas, na opinião do PSD, excede os limites do razoável. A delicadeza das matérias abrangidas pelo segredo de Estado aconselha a uma actuação prudente, envolvendo o menor número possível de pessoas. Ora, a Instância de Controlo pretendida afigura-se demasiado ampla na sua composição. Daí a nossa discordância.

O projecto de lei do PS retoma versões anteriores, ampliadas agora com uma referência expressa à Comissão de Fiscalização, em termos muito próximos dos nossos. As diferenças de regime, nos dois projectos, quanto aos moldes de acesso pela Assembleia da República e pelos Deputados e Deputadas às matérias classificadas como segredo de Estado justificarão o debate necessário, na especialidade, na busca das melhores soluções, prudentes e desejavelmente mesmo sábias, que prestiegem o Parlamento e fortaleçam o nosso Estado de Direito democrático.



Projecto de Resolução do GP PSD sobre a ASAE

Maria do Rosário Cardoso Águas



Sr. Presidente, Srs. Deputados
O PSD apresenta este projecto de resolução porque entende que o Governo está profundamente errado na forma como tem tutelado e orientado a conduta da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica.

Achamos mesmo que a condução política desta área governativa está a perverter os seus próprios objectivos porque compromete a continuidade e o exercício de actividades económicas, que devia regular e fiscalizar para garantir o cumprimento de normas de higiene, mas nunca para promover o seu encerramento e extinção.

Entendemos que a missão cometida à ASAE é de enorme importância porque acreditamos que a Fiscalização e a Regulação são motores do desenvolvimento económico pela CONFIANÇA e SEGURANÇA que permitem induzir aos agentes económicos e aos consumidores.

Mas a verdade é que esta missão expressa na lei contrasta em absoluto com o estilo de actuação da ASAE que tem sido mediática, repressiva e aparatosa.

E a consequência é que, ao invés de criar um ambiente favorável à economia a ASAE tem criado insegurança e desconfiança nos agentes económicos e nos consumidores.

São inúmeros os sinais de que a ASAE age de forma desproporcionada e revela enorme falta de senso.

Em vez de uma intervenção preventiva e pedagógica a ASAE age

com brutalidade nos actos e nas palavras.

Basta lembrar as irresponsáveis declarações do Inspector-Geral

- que anuncia o fecho de metade dos restaurantes e cafés portugueses;

- Que declara a sua satisfação pelo fecho de uma unidade de produção de amêndoas;

- Que aconselha a emigração aos que não podem cumprir a legislação;

E que afirma que o drama social, que reconhece, é com o Governo cabendo-lhe a si a aplicação estrita da Lei.

É verdade que o Inspector reconheceu na audição da Comissão de Assuntos Económicos os seus excessos, os seus erros e a insensatez das suas declarações.

Mas reconhecer as falhas Srs. Deputados é pouco, não chega é inconsequente.

O que é preciso é mudar de estilo, mudar de atitude, e até agora não vemos sinais dessa mudança.

Foi verdadeiramente chocante ainda a semana passada o Sr. Inspector-Geral vangloriar-se com o encerramento da fábrica de amêndoas de Portalegre dizendo que achava um atitude de grande responsabilidade social os empresários encerrarem uma unidade de produção familiar não por falta de condições de higiene, mas apenas por falta de espaço.

A ASAE tem-se desculpado invocando o argumento do cumprimento da lei para justificar o

seu comportamento mas o que é legítimo questionar, Srs. Deputados, é se devemos achar normal que alguém com esta superior responsabilidade não informe a tutela dos excessos regulamentares e da inadequação da lei, com que se defronta, no exercício da sua actividade e proponha as necessárias alterações e adaptações.

Claro que seria esta a atitude certa, seria do mais elementar bom senso, ou mesmo de senso comum, mas a verdade é que se há falta de bom senso na condução da ASAE, não existe senso algum na tutela responsável.

E é por isto que decidimos apresentar este projecto de resolução, para fazer uma chamada de atenção ao Governo, como nos compete, e que sintetizamos em seis medidas.

Um das que têm como objectivo sensibilizar e alertar o Governo para as consequências da actuação cega e excessiva que tem vindo a ser executada recomendando nomeadamente:

1. Cautela quanto ao impacto económico que a actual actuação da ASAE está a ter no tecido produtivo e empresarial português;

2. Alerta para a função económica desempenhada pelos pequenos produtores, que não se esgota na mera produção de bens alimentares, desempenhando um papel fundamental do ponto de vista social e ambiental ao contribuir para

preservação da paisagem, do território e do mundo rural, contrariando, ainda, o trágico fenómeno da desertificação do interior;

3. Orientação política para que a ASAE concretize a sua importante missão através de uma actuação mais preventiva e pedagógica exercendo as suas funções de controlo e fiscalização duma forma eficaz mas discreta.

E que o Governo a par destas orientações políticas proceda em primeiro lugar à:

- Criação de instrumentos legislativos flexíveis, que ao abrigo do previsto nos Regulamentos Comunitários, assegurem a viabilidade e manutenção da produção, distribuição e comercialização dos produtos tradicionais portugueses;

- Estabelecer um estatuto especial para pequenos produtores e/ou empresas de forma a assegurar a proporcionalidade das exigências normativas da actividade sem pôr em causa as boas praticas de higiene, exigíveis no quadro da saúde pública;

Estas são as nossas propostas Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A ASAE tem uma importante missão mas não é indiferente a forma como a exerce e pratica.

O Objectivo último é contribuir para o desenvolvimento económico do País protegendo os consumidores mas não pela repressão e extermínio dos agentes económicos.

O que o Governo através da ASAE deve promover e incentivar é uma conduta e uma cultura responsável por parte dos agentes económicos, que devem acima de tudo garantir a segurança alimentar aos cidadãos.

O que desejamos, e por isso estamos aqui, a contribuir, de forma construtiva, é que a ASAE assuma um estatuto de credibilidade reconhecido pelos cidadãos, exercendo uma actividade informativa, preventiva e pedagógica.

A repressão, o autoritarismo e o narcisismo que caracterizam o rosto desta Entidade não é própria de um País que aspira assentar numa sociedade informada, responsável e orientada pelos princípios da cidadania e da ética.

Disse bem António Barreto ontem no público: A legislação sobre a segurança alimentar e a actuação da ASAE ultrapassaram todos os limites imagináveis da decência e do respeito pelas pessoas.



Carlos Coelho acusa a República Checa de falta de solidariedade Europeia



Na Comissão das Liberdades do Parlamento Europeu, o Deputado Carlos Coelho acusou o Governo checo de falta de solidariedade com a Europa ao negociar directamente com os Estados Unidos da América um acordo bilateral em matéria de vistos, enfraquecendo a negociação em curso com a Comissão Europeia.

“Ainda há dois meses os checos exibiam manifestações de felicidade por termos derrubado as fronteiras e alargado o Espaço Schengen” hoje “já estão a violar a solidariedade europeia assinando acordos bilaterais em áreas onde a dimensão comunitária é evidente e onde existem negociações em curso entre a Administração norte-americana e a Comissão Europeia” disse Carlos Coelho na reunião.

A iniciativa checa é especialmente grave pelo efeito dominó que pode causar em países como a Hungria, Malta, Grécia, Polónia, Lituânia, Estónia, entre outros, se decidirem seguir o seu exemplo.

Por iniciativa de Carlos Coelho o Parlamento Europeu agendou já para a Sessão Plenária que terá lugar na próxima semana em Estrasburgo um debate com a Comissão e Conselho para esclarecer este assunto.

Na mesma ocasião, Carlos Coelho enviou um requerimento formal à Comissão Europeia e ao Conselho perguntando:

“Tendo tomado conhecimento de que, em 26 de Fevereiro de 2008, a República Checa assinou um acordo bilateral com os Estados Unidos que regula, em princípio, os seguintes aspectos:

- Exigências relativas à partilha de informações relativas aos passageiros aéreos, bem como outros viajantes
- Participação no planeado Sistema Americano para as autorizações electrónicas de viagem
- Reforço dos requisitos de segurança nos documentos de viagem
- Repatriamento de nacionais e antigos cidadãos de países terceiros
- Intercâmbio de informações relativas a passaportes perdidos, roubados ou extraviados

Gostaria que a Comissão me pudesse esclarecer as seguintes dúvidas:

1. Não faz parte das competências da Comissão e é prática corrente que seja a Comissão a negociar este tipo de acordos de facilitação de vistos, em nome dos países que fazem parte da área de Schengen?

2. Nessa lógica, não será de lamentar que qualquer Estado Membro decida assinar um acordo bilateral, especialmente nas vésperas da realização da EU-US Troika, a ter lugar na Eslovénia no próximo dia 13 de Março, da qual deveria resultar uma posição comum da União Europeia em relação às exigências americanas, de acordo com o que foi anunciado pela Presidência Eslovena?

3. Confirmam-se as notícias, que foram divulgadas em diversos jornais, de que a Comissão Europeia, após ter analisado o conteúdo deste Acordo bilateral, pôs em questão o facto de o mesmo ultrapassar o Acordo existente entre a União Europeia e os Estados Unidos relativamente à partilha de dados sobre os passageiros aéreos / PNR? Ou que poderia, inclusivamente permitir que os Estados Unidos pudessem, por essa forma, inívia, vir a ter acesso a Bases de Dados europeus como as do Sistema VIS e SIS?

Carlos Coelho exige ao Conselho Europeu congelamento de acordo entre a República Checa e os Estados Unidos

Na Sessão Plenária do Parlamento Europeu a decorrer semana em Estrasburgo, teve lugar um debate entre o Conselho, a Comissão e os Eurodeputados sobre Acordo bilateral entre a República Checa e os EUA relativamente ao intercâmbio de dados sobre passageiros, voos transatlânticos e vistos, assinado a 26 de Fevereiro.

Carlos Coelho que na semana passada levantou este problema no Parlamento Europeu e dirigiu, quer à Comissão quer ao Conselho, perguntas sobre este caso, participou no debate e voltou a ser muito crítico com a Rep. Checa a quem na semana passada acusou mesmo de “traição”.

Dividir para reinar

Na sua intervenção Carlos Coelho não se mostrou surpreendido com a “estratégia da Administração americana em procurar negociar bilateralmente com Estados-Membros da UE.” A tática de “dividir para reinar” é antiga e é compreensível. “Mas não podemos aceitar que Estados-Membros da UE aceitem ser cúmplices nessa estratégia.”

Quebra de solidariedade

Carlos Coelho foi o Relator do Parlamento Europeu para o alargamento do Espaço Schengen e acompanhou os apelos para o antecipado alargamento do Espaço Schengen e a abolição de fronteiras internas. Segundo o Deputado “as manifestações de alegria de há apenas 2 meses parecem hoje ignorar que estamos a gerir um espaço comum. Condeno de forma clara esta prova de falta de solidariedade europeia.”

Enfraquecimento da posição negociadora da Comissão

Segundo Carlos Coelho, têm sido longas as negociações levadas a cabo entre a Comissão e a administração Americana e é por isso “lamentável que qualquer Estado Membro decida assinar um acordo bilateral, especialmente nas vésperas da realização da UE-EUA Troika, a ter lugar esta quinta feira (dia 13) na Eslovénia, enfraquecendo uma posição comum da União Europeia em relação às exigências americanas.”

Dúvidas sobre a legalidade do conteúdo desse Acordo

Na opinião do Deputado português, há um “preocupante manto de segredo sobre alguns pormenores do acordo que ainda se desconhecem”.

Será especialmente grave se ele pretender “ultrapassar o Acordo entre a UE e os EUA relativamente à partilha de dados sobre os passageiros aéreos/PNR, e especialmente inaceitável se vier a permitir directa ou indirectamente que os Estados Unidos cedam a Bases de dados europeus como as do Sistema VIS e SIS” (que contém dados comuns a todos os Estados Membros e que não poderão ser disponibilizados por decisão unilateral de um Estado Membro).

Congelamento deste tipo de acordos bilaterais

Para Carlos Coelho cabe ao Conselho chegar a um “consenso urgente no sentido de congelar estes indesejáveis acordos bilaterais e à Comissão Europeia funcionar como Guardiã dos Tratados accionando todos os instrumentos que tem ao seu dispor.” - **GEPSD - Duarte Marques**

Duarte Freitas promove conferência sobre pesca de tubarões

O Deputado Europeu **Duarte Freitas** e a sua colega espanhola **Carmen Fraga Estevez**, promovem amanhã, quinta-feira dia 6 de Março, no **Parlamento Europeu** em Bruxelas, uma conferência subordinada ao tema “**Plano de acção para os tubarões**”.

A iniciativa dos deputados europeus do Partido Popular Europeu surge na sequência de um processo de consulta lançado pela Comissão Europeia, em que diversas organizações expuseram as suas dúvidas e preocupações relativamente à **exploração sustentada de tubarões**.

Duarte Freitas considera que “*é necessário desenvolver um conhecimento mais profundo acerca do actual estado e importância dos stocks de tubarões e raias nos ecossistemas marinhos*” e refere que “*a sua importância ao nível das pescas deve ser devidamente enquadrada e assente numa legislação que proteja simultaneamente os recursos e o sector*”.

O Deputado Europeu do PSD considera que “*a abordagem a este tema deve ser consistente com os objectivos da PCP*” sendo, segundo o próprio, fundamental “*garantir uma exploração sustentada de todas as espécies de elasmobrânquios (tubarões e raias)*”.

Nesse sentido, **Duarte Freitas**, considera que “*são necessários alguns reajustamentos ao nível da legislação comunitária que, tal como está, não defende nem os recursos nem o sector das pescas*”

Estarão presentes como oradores para nesta conferência representantes da Comissão Europeia, do ICCAT, da FAO e do sector das pescas. A convite do Deputado Europeu português intervirão o especialista em tubarões, **João Correia** e a investigadora do IPIMAR, **Ivone Figueiredo**.

A Comissão Europeia deverá avançar com uma proposta de plano de acção para os tubarões no último trimestre deste ano. - **GEPSD - Duarte Marques**

A Social-Democracia e a Madeira

Alberto João Jardim (*)

A Social-Democracia revela-se o conjunto logicamente articulado de princípios políticos para o Desenvolvimento Integral da Madeira.

Uma Social-Democracia instrumento, e não um fim em si própria, já que o objectivo principal é este Desenvolvimento Integral do Povo Madeirense, de todos e cada um, que só é Desenvolvimento Integral, quando simultaneamente social, cultural, económico e de respeito pelos valores ambientais.

Uma Social-Democracia nascida dos grandes Princípios do Personalismo cristão, e não da “luta de classes”.

Uma Social-Democracia que hierarquiza o primado da Pessoa Humana, sobretudo na consideração do Trabalho como principal factor de

produção, e na Natureza e no Capital estarem ao seu serviço.

Uma Social-Democracia apontada à prioridade da Educação, da Formação, do Conhecimento e da Inovação, como meios de promoção de cada um, de forma à necessária e permanente reforma das mentalidades, a caminho de uma sociedade mais homogénea que passa pelo reforço quantitativo e qualitativo da Classe Média, bem como é o caminho para a igualdade de Direitos, Deveres e Oportunidades.

Em suma, uma Socialização como “comunhão” de propósitos de toda uma comunidade independentemente das diferenças políticas, mas que não pode perder muito tempo com quem se auto-marginalize ou se submetta a designios hostis do Estado central.

O tempo urge, há que infra-

estruturar enquanto possível, mesmo que os custos tenham de ser derramados por todas as gerações beneficiárias.

“A sociabilidade humana não é uniforme, mas assume múltiplas expressões. O Bem Comum depende efectivamente de um sã pluralismo social. As múltiplas sociedades são chamadas a constituir um tecido unitário e harmónico onde cada uma possa conservar e desenvolver, as próprias fisionomia e autonomia”.

Daqui decorre que, sem prejuízo do necessário e legítimo desenvolvimento do empreendedorismo privado, marcado por uma “cultura de empresa” assente na Ética e na comunhão de projecto quando à relações laborais, a riqueza gerada deve ser redistribuída através de uma fiscalidade justa, a qual propicie

investimento público sobretudo em termos de melhores condições de vida para os que destas mais careçam. Mas que simultaneamente não constitua obstáculo à continuidade do crescimento do investimento privado, nem à consequente criação de mais postos de trabalho.

Esta é a Socialização que, através do instrumento provado como mais cultural e endogenamente adequado à realidade madeirense, que é a Social-Democracia, tem de continuar a ser desenvolvida no nosso arquipélago, onde a Solidariedade Social é obrigação prioritária do sector público e desafio à Consciência de cada Cidadão e do seu dever de Voluntariado. – (*) *Presidente do Gov^o Regional da Madeira, Presidente da CPR/PSD-Madeira*

Notícias da Madeira

Alberto João reeleito para a CPR, com 99.7% dos votos, nas 3^{as} directas da Região

Alberto João Jardim foi eleito no dia 9, presidente da Comissão Política Regional do PSD-M com 99,7 por cento de votos, nas terceiras eleições directas do partido na Região.

Num universo eleitoral de 7.830 militantes, as eleições registaram uma participação de 78,3 por cento, tendo a única lista concorrente à Comissão Política Regional do PSD-M, liderada por Alberto João Jardim, obtido 99,3 por cento de votos favoráveis e 0,3 por cento de brancos ou nulos, anunciou o partido.

Os militantes do PSD-M elegeram também a Comissão Política Regional que deverá ser a última liderada por Alberto João Jardim, dado que o próprio já anunciou a sua retirada em 2011.

Alberto João Jardim candidatou-se pela décima segunda vez à liderança do PSD-M sendo esta a terceira em eleições directas.

Os cerca de oito mil militantes elegeram também o Secretariado do partido para os próximos três anos, bem como os delegados ao XII Congresso Regional do PSD-M, que consagrará a eleição de Alberto João Jardim, o único candidato a submeter-se ao voto dos militantes nestas directas.

O XII Congresso do PSD-M realiza-se a 05 e 06 de Abril na cidade do Funchal.

Após conhecido o resultado da votação, o presidente do Governo Regional da Madeira garantiu que abandonará a liderança do PSD em 2011 e desejou ao seu sucessor que “consiga mais votos” do que ele.

“O que eu gostava que o meu sucessor conseguisse era ter mais votos do que aqueles que eu consegui”, afirmou Jardim, em entrevista à Agência Lusa.

Alberto João Jardim preside ao Governo Regional da Madeira desde 17 de Março de 1978 e nas últimas eleições, a 06 de Maio de 2007, conquistou a sua nona vitória consecutiva, alcançando mais de 64 por cento dos votos expressos.

Apesar de anunciar a sua saída desde 1982, desta vez, Jardim garante que a decisão de não se recandidatar a novas eleições em 2011 “é um facto adquirido”.

“Desta vez disse-o em ocasiões muito solenes e muito sérias justamente para evitar marcha-atrás e para evitar que o meu partido arranjasse argumentos fortes de última hora”, explicou.

“Já sabem que é assim e tudo vai



ser preparado para o congresso do PSD da Madeira no ano 2011”, garantiu.

Sem querer falar em nomes para o seu sucessor, Jardim traça o perfil que gostaria de ver à frente do PSD, alertando que o essencial será encontrar “uma pessoa que mereça a confiança da maioria do eleitorado”.

“Tem de ser uma pessoa que, em primeiro lugar, dê garantias e confiança à população que tem capacidade para o lugar”, sublinhou.

Por outro lado, o presidente do Governo regional salienta que o seu

sucessor não poderá ter “rabos de palha” na sua “vida económico-material”.

“Em terceiro lugar, tem de ser uma pessoa com um forte poder de comunicação, poder de dialogar com a população sobre os assuntos que interessam”, disse.

Miguel Albuquerque, presidente da Câmara Municipal do Funchal, e João Cunha e Silva, vice-presidente do Governo Regional da Madeira, são alguns dos potenciais sucessores de Alberto João Jardim, embora tenham

ficado de fora da última composição da comissão política regional.

Esperando ser recordado com “respeito pela verdade histórica”, Jardim deixou um desejo para os madeirenses daqui a 30 anos.

“As pessoas nunca são completamente felizes. Mas ao menos, que cada um se sentisse cada vez mais feliz”, desejou.

Jardim sublinha “Grandeza Cívica” e Menezes e critica os “críticos”...

O presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, defendeu que Menezes terá “grandeza cívica” para ajudar a encontrar outra solução para a liderança do PSD, se no início de 2009 não tiver condições para derrotar o PS.

“Eu estou ciente de que, se no primeiro trimestre de 2009 o actual líder nacional do partido verificar que não tem condições para derrotar o PS, ele tem a grandeza cívica bastante para ser ele próprio a tomar a iniciativa de ajudar a encontrar outra solução”, afirmou Alberto João Jardim.

Em entrevista à Agência Lusa, Jardim defendeu que “o partido já devia estar preparado” para ser alternativa ao Governo socialista.

Esta semana, Luís Filipe Menezes considerou existir “um vazio”, defendendo que “o PSD ainda não merece ser Governo” mas que o PS “já não merece ser Governo”.

No entanto, Jardim recusa avaliar publicamente o líder do PSD, preferindo atacar os críticos internos.

“Não há qualquer razão para eu estar a fazer críticas públicas ao dr. Menezes. Pelo contrário, o que me irrita é que haja pessoas que não saibam esperar e que andem todos os dias numa conspiração. Mais a mais tratando-se de pessoas e nomes que aparecem que nem eu lhes posso dar aval nem, estou convencido, sequer a família toda deles vote neles”, afirmou.

Recorrendo a uma metáfora militar, o líder do Governo regional compara mesmo os críticos a “idiotas úteis” que poderão beneficiar o PS.

“A minha especialidade militar era a acção psicológica: uma das coisas que estudávamos em matéria de informação e contra-informação era a existência dos idiotas úteis. O idiota útil, em termos técnicos, é aquele indivíduo que, por ter falta de senso, involuntariamente acaba por fazer o jogo do adversário”, lamentou.

Questionado se vai convidar Menezes para a tradicional festa do Chão da Lagoa, Alberto João Jardim deixa a opção do ‘timing’ ao líder do PSD.

“Eu vou-lhe dar à escolha: ou ele vir este ano ou se prefere vir no ano que é eleitoral, que é o próximo ano”, disse.

Interrogado se isso significa que confia que Menezes continuará à frente do PSD em 2009, Jardim escusou-se a responder: “Por isso é que eu lhe vou dar alternativa de escolher”. - **Fonte: Lusa**

Notícias de Braga

Dia Internacional da Mulher

A igualdade de género é um direito fundamental e um valor comum na União Europeia, símbolo de maturidade política das sociedades, tendo cumprido em 2007 o seu 50º aniversário.

Quando falamos de género referimo-nos aos atributos sociais, aos papeis, às tarefas, às funções, aos deveres, às responsabilidades, aos poderes, aos interesses, expectativas e necessidades que socialmente se relacionam com o facto de se ser homem ou de se ser mulher, numa determinada sociedade e época. O género é pois, um categorial socialmente construído e fruto do seu tempo e lugar.

As questões de género, não são vocacionadas directamente para os problemas das mulheres, embora possam ser para elas orientadas, para os homens ou para as relações sociais entre mulheres e homens, na medida em que não são apenas aquelas que se empenham neste assunto. Com efeito, os homens aceitaram o desafio do aprofundamento das características próprias de cada género e da criação de sistemas de organização da vida colectiva, que maximizam as sinergias de uma cooperação efectiva.

Ao nível da União Europeia, como de diversos estados membros, a ideia de integração da dimensão da igualdade em todas as políticas comunitárias e nacionais desenvolveu-se na última década do milénio.

Mas, se a União Europeia atende à singularidade territorial dos Estados Membros em muitas das suas políticas, já as autarquias locais raramente dispõem de políticas globais de igualdade entre mulheres e homens no seu campo específico de competências. Da mesma forma que o fenómeno generalizado da descentralização levou os municípios a assumir tarefas que até à altura relevavam do nível central deve encarar-se, pois, o plano local da cidade como o local de análise estratégico das discriminações entre os sexos e de elaboração de políticas destinadas a eliminá-las. Com efeito, estatisticamente é possível observar a sub-representação feminina nas assembleias locais e a desconsideração dos seus problemas específicos com excepção, eventualmente, do papel de mãe. Verifica-se alguma dificuldade na introdução de conceito de género na política em geral parecendo, por vezes, essa ideia, como contrária à missão a prosseguir na medida em que a cidadania é percebida como sendo “neutra”.

Existem muitas explicações para justificar a referida sub-representação feminina nas tomadas de decisão.



Desde logo os estereótipos de género existentes, a discriminação, a segregação na educação e no mercado de trabalho. De resto, a falta de políticas para facilitar às mulheres um caminho equilibrado entre o trabalho e a vida pessoal e uma desigual distribuição entre aquele e as necessidades da família e da vida doméstica, o ambiente político, cultura cooperativa e atitude dos media são ainda muito desfavoráveis para a mulher.

Dada a relevância do tema e a título meramente exemplificativo, refira-se, ao nível da Europa, alguns marcos relevantes para a análise da temática em abordagem:

- Em 1979, a Convenção da ONU acerca da eliminação de todas as discriminações face às mulheres (Convenção CEDAW) retomou a exigência da participação feminina na decisão pública. Esta Convenção relativa à vida cívica, civil, social e cultural é hoje considerada a carta mundial dos direitos das mulheres.

- Em 1989, o Conselho da Europa pediu a peritos uma reflexão sobre o conceito de democracia paritária.

- Em 1990, o Conselho de ministros da União Europeia adoptou o III Programa Comunitário a médio prazo para a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. - Em 1992, é realizada em Atenas a 1ª cimeira europeia “Mulheres ao Poder”, tendo sido adoptada uma declaração na qual se postula que “a democracia impõe a paridade na representação das nações”.

- Em 1996, O Conselho de Ministros da União Europeia

adoptou uma recomendação relativa à representação equilibrada de mulheres e homens nos processos de decisão.

A Situação em Portugal

A Constituição da República Portuguesa e o Código do Trabalho proíbem qualquer tipo de discriminação em razão do sexo, no acesso ao trabalho e na escolha da profissão. Apesar disso há determinados sectores de actividade que continuam a ser, maioritariamente, ocupados por homens, como por exemplo a construção civil, encontrando-se outros sectores, tendencialmente, mais preenchidos por mulheres, como a educação e a acção social.

De salientar, também, que o acesso a cargos mais elevados, como de direcção e de chefia, também foram ao longo dos tempos, maioritariamente desempenhados por homens.

Por outro lado, enquanto as mulheres conseguiram entrar no mercado de trabalho, adaptando-se à dura realidade de ter que acumular as funções profissionais com as pessoais, maternais e de apoio à família, os homens dificilmente conseguiram manter a sua actividade profissional e conjuntamente partilhar a educação dos filhos e as tarefas pessoais, bem como o apoio a familiares dependentes. Todas estas tarefas continuam, maioritariamente, a ser desempenhadas pelas mulheres que as acumulam com a sua vida profissional.

A par disto, verifica-se um aumento da esperança média de vida (com o consequente acréscimo no número de pessoas idosas a cargo das famílias); quebra das taxas de natalidade que se reflecte pela rarefação das redes de

entrajuda familiar; desenvolvimento de novas formas familiares, nomeadamente com origem em situação de divórcio ou nascimento fora da conjugalidade; prolongamento da escolaridade nas gerações mais novas, obrigando por vezes a mulher a abdicar/adiar decisões como maternidade ou conjugalidade, pela acumulação de tarefas.

A promoção da igualdade de género foi um compromisso assumido pelo actual Governo Constitucional no seu programa (2005-2009), com base nos princípios assumidos por Portugal aquando da Plataforma de Pequim e posteriormente adoptados na IV Conferência sobre as Mulheres das Nações Unidas em 1995. O compromisso assumido pelo XVII Governo Constitucional centra-se num fortalecimento da participação política das mulheres, cumprindo “o artigo 109º da Constituição, e estendendo o seu entendimento à economia e inovação”. Neste sentido, pretende-se que Portugal consiga ascender ao mesmo patamar dos outros países onde já são implementadas políticas de igualdade e que se encontram no topo dos países mais desenvolvidos.

Num cenário de consolidação da política nacional no domínio da igualdade de género, dando cumprimento aos compromissos assumidos quer a nível nacional, nomeadamente no programa do Governo e nas Grandes Opções do Plano (2005/2009), quer a nível internacional, designadamente no Roteiro para a Igualdade entre homens e mulheres (2006-2010) da Comissão Europeia, foi publicada a resolução de Conselho de Ministros nº 82/2007, pretendendo reforçar o combate à desigualdade de género em todos os domínios da vida social, política, económica, e cultural.

A Realidade Local e o seu papel

É ao nível das comunidades locais que muito ainda se pode construir, envolvendo o poder local e a sociedade civil. O papel das autarquias é fundamental, particularmente no meio rural, pela proximidade que mantém com a população em geral, permitindo assim construir uma sociedade inclusiva que promova, na prática, a igualdade de género.

A acção da Câmara Municipal de Braga em matéria de Igualdade de Oportunidades, não obstante as diversas iniciativas levadas a cabo, quer a nível nacional, como a internacional, é inexistente, revelando a sua insensibilidade no tratamento desta matéria.

Mais uma vez, e ao contrário do que se verifica noutras autarquias do nosso país, os cidadãos de Braga não têm argumentos para sentir orgulho das políticas empreendidas pela maioria socialista na Câmara Municipal.

Pretendendo os vereadores do PSD, pugnar por uma sociedade onde todas as pessoas tenham direito à igualdade de oportunidades, independente do sexo, origem étnica, ou racial, religião, crença, deficiência, idade ou orientação sexual, preocupações consubstanciadas na estratégia de Lisboa, no Programa do Governo, nas grandes opções do Plano 2005-2009, reforçadas pela comemoração do Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades, que teve lugar em 2007,

Propor-se-á, pois, na próxima reunião do executivo:

- A elaboração de um Diagnóstico sobre a realidade do concelho a fim de aferir as relações de género existentes na vida política, social, económica e cultural, analisando desigualdades e situação comparada em todos os domínios, entre homens e mulheres. Isto implica a aferição das reais necessidades de mulheres e de homens, questionar e ouvir pessoas por forma a planificar a intervenção no âmbito da Autarquia;

- Efectuado o levantamento da situação municipal, elaboração de um Plano Municipal para a Igualdade de acordo com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros

- nº 82/2007, contendo a descrição das actividades a realizar, os objectivos a prosseguir, o orçamento e os recursos destinados, a identificação dos parceiros e os resultados esperados, bem como com as inúmeras “boas práticas” europeias existentes;

- O estabelecimento de parcerias com instituições locais e nacionais ligadas a esta temática, nomeadamente com a Comissão para a Igualdade para os Direitos das Mulheres (CIDM);

- A criação de uma Comissão Municipal para a Igualdade para, entre outros, facilitar o diálogo com a estrutura municipal e identificar as prioridades que deverão integrar o Plano Municipal. Esta Comissão funcionará sob a dependência directa de um vereador responsável pela área;

- A promoção de formação em igualdade destinada a dirigentes, chefias, funcionários e agentes da administração local;

- A organização de seminários de sensibilização junto dos organismos de Associativismo Juvenil;

- A divulgação da informação através da criação e dinamização de um site disponível em diferentes línguas onde se difundirão os estudos sobre a temática da igualdade de oportunidades;

- A promoção de um Fórum – online destinado à discussão das políticas municipais sobre igualdade de oportunidades;

- Considerando as novas atribuições da Câmara Municipal, o envolvimento do meio educativo na eliminação de estereótipos sexuais, promovendo a educação para a cidadania, conferindo a rapazes e

raparigas competências na área da igualdade de género e dessa forma contribuir para a efectiva construção de uma relação de parceria;

- A atribuição de um prémio ao melhor trabalho de turma ou escola sobre combate às várias formas de discriminação, nomeadamente igualdade de tratamento e de oportunidades;

- O aumento na toponímia concelhia de nomes de mulheres;

- A promoção de projectos culturais e criativos que abordem questões de género, sensibilizando os cidadãos para os papéis estereotipados de homens e mulheres;

- A atribuição de prémios anuais a mulheres criadoras de arte e artistas do concelho nas mais diversificadas formas culturais;

- A promoção de programas adequados à prática desportiva feminina conciliando os horários com as suas actividades familiares e profissionais.

Apoio financeiro para a concretização desta proposta - QREN

O Quadro de Referência Estratégico Nacional contempla intervenções específicas para a igualdade de género, envolvendo quase 70 milhões de euros, e privilegia, em todas as medidas e eixos, intervenções com impacto no domínio da igualdade de oportunidades e do combate à discriminação múltipla.

A Câmara Municipal de Braga tem ao seu dispor este importante instrumento financeiro em domínios da qualificação, de empreendedorismo feminino e de promoção da igualdade de género, na oportunidade de potenciar a valorização destas matérias como alavancas de desenvolvimento da economia local e como mecanismo de combate à discriminação entre homens e mulheres, em suma, na obtenção de uma sociedade mais justa.

Com efeito, dispõe o QREN de:

- Um Eixo específico para a promoção da igualdade de género, no Programa Operacional Potencial Humano;

- Da valorização do mainstreaming de género nos demais eixos do Programa Operacional Potencial Humano;

- No fomento de iniciativas de empreendedorismo feminino, no Sistema de Incentivos à Inovação, no âmbito do Programa Operacional Factores da Competitividade e dos Programas Operacionais Regionais;

- Na elegibilidade de projectos de implementação de planos de igualdade com contributos efectivos para a conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal...

Eis alguns dos horizontes traçados, que aguardam a iniciativa da Câmara Municipal de Braga, a qual, atenta à problemática, poderá ter um

importante desempenho na sensibilização de agentes económicos, sociedade civil e cidadãos. – **CPS/ PSD-Braga, do nosso correspondente, com o Grupo de Trabalho para a Promoção da Igualdade de Género**

A micro-economia nacional

O Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata (GP-PSD) organizou em Braga há cerca de 3 semanas um encontro com empresários em que se procurou discutir as políticas públicas de apoio às pequenas e microempresas.

Na sequência das conclusões desta sessão em que participaram o Presidente do GP-PSD, Pedro Santana Lopes, algumas dezenas de empresários locais e representantes das principais Associações Empresariais Bracarenses, foi já produzida uma intervenção de fundo pelo Deputado Almeida Henriques e submetido um Projecto de Resolução sobre os apoios a conceder a esta significativa parcela do tecido empresarial.

Este tema não é claramente apenas mais um da dialéctica pública e parlamentar entre o Governo e a Oposição.

No cômputo geral, as micro, pequenas e médias empresas do nosso País representam 99% do nosso tecido económico, 57% do volume de negócios e mais de dois milhões de postos de trabalho. Destes, quase 1, 2 milhões de pessoas encontram-se afectas ao estrato das microempresas, independentemente de se tratar de projectos ligados ao sector primário, secundário ou terciário.

Quem segue o discurso oficial, parece que esta enorme parcela da nossa economia é irrelevante ou desprezável, à medida em que só ouvimos o Governo centrar atenções nos Grandes Projectos, nas Grandes Empresas, nos Grandes Investimentos.

É, aliás, uma atitude coerente com a prática governativa mais centralista de que há memória, que viabiliza a exibição desta atitude de sobrançeria sobre este tipo de empresas, com a mesma facilidade com que se negligenciam os anseios das populações do interior do País ou das pequenas e médias urbes do litoral.

No filme do “Portugal Ideal”, do Plano Tecnológico, das Novas Tecnologias e dos projectos de vanguarda nos sectores de ponta, especialmente dirigidos à internacionalização da nossa economia, parece não haver espaço para as pequenas explorações agropecuárias, para os artesãos e pequenos industriais, para o comércio tradicional, para os serviços de proximidade da mais diversa natureza.

É certo e sabido, nenhum barbeiro ou proprietário de café traduz o novo paradigma de desenvolvimento de que o País carece, nenhum pode assegurar

o ritmo de crescimento da actividade económica que todos ambicionamos e, muito menos, nenhum consegue assegurar a competitividade externa da nossa economia.

Todavia, alguém pode dizer como seria o nosso País sem esse tipo de actividades? Não é neste âmbito, mais do que em qualquer outro contexto, que melhor floresce o espírito empreendedor e a capacidade de criação de emprego que tanto se apregoa?

A aposta nas microempresas é, assim, um instrumento fundamental da política económica, mas também das políticas sociais e da política de desenvolvimento territorial.

Para tal, impõe-se que o Estado cumpra os seus prazos de pagamento, quer no quadro do seu normal aprovisionamento de bens e serviços, quer na esfera da liquidação dos pedidos de pagamento das candidaturas submetidas a fundos comunitários.

É totalmente inaceitável que se leia, como aconteceu recentemente, um responsável de um Programa Comunitário assegurar que os atrasos nos pagamentos de tais verbas se traduziam num contributo desse Programa para a redução do défice público no ano em apreço. A que custo?

Tanto mais que, em contrapartida, o Estado reage sem qualquer tipo de complacência em relação a este tipo de empresas através da máquina fiscal, assumindo-as como alvo preferencial e desencadeando mecanismos legais que rapidamente conduzem à sua extinção.

Bem pelo contrário, o Estado devia impulsionar a actividade e o aparecimento de empresas desta natureza, quer pelos apoios ao empreendedorismo (com infra-estruturas de apoio a esta franja do tecido empresarial), quer pela dinamização das iniciativas que lhes são dirigidas pelas Associações Empresariais, quer por acesso facilitado a crédito bonificado, a capital de risco e a mecanismos de garantia mútua, quer ainda por consultoria técnica especializada na sua fase de arranque e pelo incentivo à integração de quadros qualificados.

Para muitas destas vertentes, bastaria, de uma vez por todas, que o acesso aos Programas Comunitários fosse efectivamente facultado a este tipo de empresas, abrindo-lhes porta à afirmação da viabilidade e sustentação dos seus projectos.

Se olharmos, por exemplo, para a realidade do Distrito de Braga, rapidamente podemos identificar um vasto conjunto de actividades que poderiam beneficiar de uma maior abertura do Estado para este tipo de empresas: a componente artesanal em Vila Verde ou Barcelos, a Agricultura Biológica, a Filigrana na Póvoa de Lanhoso, o Turismo, os Serviços Sociais de Proximidade, a Cultura, o Comércio, etc..

Não o fazer é que será, por paradoxal que pareça, pensar muito pequenino... - *Do nosso correspondente, Ricardo Rio*

Notícias de Cascais

Agência Municipal Cascais Natura mobiliza cidadãos e empresas

Entre os dias 7 e 9 de Março, no Parque Natural de Sintra-Cascais serão plantadas cinco mil árvores, no âmbito do Projecto Oxigénio. Uma acção promovida pela Agência Cascais Natura e Câmara Municipal, integrada no plano de promoção e defesa da Natureza e da biodiversidade no concelho de Cascais.

Através dos seus colaboradores, a Câmara Municipal de Cascais será a primeira instituição a aderir ao projecto Oxigénio, acção que surge no âmbito das mais recentes propostas da União Europeia para salvaguardar o ambiente nos Estados membros.

Com concentração marcada para as 9H00, junto à Fundação S. Francisco de Assis, os colaboradores camarários e da EMAC – Empresa de Ambiente de Cascais, E.M., S.A., irão iniciar a plantação de cinco mil árvores dos géneros Pinus sp. (pinheiros), Cupressus sp. (ciprestes) e Quercus sp. (carvalhos) cedidos gratuitamente pela revista Visão, no âmbito da campanha Visão Verde.

Para garantir o envolvimento da sociedade civil, os dias 8 e 9 de Março serão abertos à participação do público, que poderá colaborar na plantação de árvores, recorrendo, se necessário, ao transporte gratuito disponibilizado a partir do Parque Marechal Carmona (saída às 8h30). Para quem quiser ir em veículo próprio, a concentração será às 09H00, na Fundação Francisco de Assis, no Zambujeiro, em Cascais.

O lançamento do projecto Oxigénio, dia 7, às 10H00, conta com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Cascais, António d' Orey Capucho, e do Vice-presidente, Carlos Carreiras, que preside à Agência Cascais Natura. Entre os participantes estarão também membros da administração da EMAC – Empresa Municipal de Ambiente de Cascais, pessoal técnico e operacional.

Cascais assinala Dia



Internacional da Mulher

Para assinalar o Dia Internacional da Mulher, a Câmara Municipal de Cascais preparou um programa desportivo e cultural no feminino. As actividades têm início pela manhã, na Praia do Tamariz, e estendem-se pela tarde, na Biblioteca de Cascais e no Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal, em S. Pedro do Estoril.

Durante a manhã, diversas modalidades desportivas mais vocacionadas para mulheres vão estar em demonstração na Praia do Tamariz. O convite é dirigido à população em geral, sobretudo mulheres, para participarem nas diferentes aulas entre as 9H30 e as 13H00.

A aula de aquecimento inicia-se às 9H30, segue-se uma sessão de Marcha (entre o Tamariz e Cascais), Ginástica de Manutenção, Cardio-Capoeira e Pilates. Entre as 10H00 e as 13H00 as participantes poderão fazer uma avaliação corporal.

Às 15H00, num plano mais cultural, Margarida Pinto Correia vem à Biblioteca Municipal de Cascais – Casa da Horta da Quinta de Santa Clara para falar da sua vida pessoal e profissional.

8 de Março, numa conferência intitulada “Percurso no feminino – Conversa”.

Às 18H30, no Centro de Interpretação Ambiental da Ponta do Sal, em S. Pedro do Estoril, o tema volta a ser o “Desporto no Feminino”, numa palestra com vários especialistas.

Durante todo o dia decorrem múltiplas acções de animação de

Desporto Feminino por todo o concelho.

Palestra “Desporto Feminino”
Centro de Interpretação ambiental da Ponta do Sal, das 18H30 às 20H30

“POR TERRAS DE PORTUGAL. UM PROJECTO DE PINTURA”

Rolendis Solá Albuquerque apresenta no próximo dia 13 de Março, às 18H00, na Casa de Santa Maria, em Cascais, o seu livro “Por Terras de Portugal. Um Projecto de Pintura”.

Trata-se de uma edição constituída por fotografias de 46 quadros a óleo, representando aspectos típicos dos concelhos onde a autora expôs os seus trabalhos, e por outras obras que integram colecções particulares.

Após a sua aposentação da Câmara Municipal de Cascais, onde exerceu funções de jurista, Rolendis Solá Albuquerque passou a dedicar-se às artes, designadamente à pintura e à poesia, publicando várias obras e efectuando exposições dos seus trabalhos.

Radicada em Cascais desde 1959, a autora nasceu no Porto, em 1932. Em 1992, esteve patente ao público a sua primeira exposição individual de pintura e, nesse mesmo ano, publicou no Jornal da Costa do Sol as suas primeiras poesias, sob o pseudónimo de “Adelaide”.

É membro da Academia de Letras e Artes.

Em 2001 e 2003, no âmbito do Prémio Carlos Bonvalot – categoria de Artes Plásticas, instituído pela Câmara Municipal de Cascais, recebe uma Menção Honrosa. Em 2004 é agraciada com a Medalha de Serviços Distintos da Câmara Municipal de Cascais.

– Gab. Imp. CM Cascais.

OVARFORMA concretiza projecto proposto por autarcas do PSD



A OVARFORMA vai concretizar um projecto sugerido ao executivo municipal pelos vereadores do PSD. Conforme está previsto no Plano de Actividades e Orçamento da Câmara Municipal de Ovar para o presente ano, a empresa municipal vai criar um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), um projecto recomendado pelos autarcas social-democratas na reunião de Câmara a 1 de Junho de 2006.

Relembre-se que esta recomendação do PSD foi apresentada ao executivo um dia depois do Primeiro-Ministro ter lançado 122 centros deste tipo, com o objectivo de qualificar 1 milhão de portugueses até 2010.

Porque são importantes os Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências?

A criação destes novos centros insere-se no âmbito do programa “Novas Oportunidades” e destina-se a reconhecer a formação e aprendizagem de adultos em várias áreas profissionais fora do sistema escolar tradicional, permitindo à população activa com escolaridade reduzida obter habilitações reconhecidas equivalentes ao 9º e 12º anos de escolaridade.

Na sua proposta, os vereadores do PSD recordavam que segundo a OCDE, Portugal é um dos países em que ter educação é mais compensador, pois um trabalhador sem o ensino secundário ganha, em média, menos 40% do que um trabalhador que tenha obtido essa escolaridade. Ou ainda que,

mais escolaridade está associada a uma menor taxa de desemprego e a menor duração de desemprego (78% dos desempregados inscritos, em 2005 no IEFP, tinham apenas o ensino básico ou inferior).

Assim, se o atraso que nos separa dos países mais desenvolvidos radica, em grande medida, no insuficiente nível de qualificação da população portuguesa, a criação de dispositivos de reconhecimento e validação de competências é, efectivamente, um recurso essencial para o desenvolvimento do país.

Para além disso, é notório que a oferta deste tipo de formação tem estado concentrada nos activos desempregados ou desfavorecidos, e que o número de adultos empregados a usufruir deste programa tem sido reduzido. Ora, sem negligenciar a importância de continuar a dar prioridade àqueles que se encontram em situação de desfavor no mercado de trabalho, possibilitando-lhes a aquisição de competências que promovam a sua empregabilidade, importa também, para o PSD, dar uma crescente atenção àqueles que estando a trabalhar têm uma situação precária por deterem um baixo nível de qualificação.

Para o Governo, o objectivo de atingir a qualificação de 1 milhão de activos, até 2010, será concretizado com a criação de 500 centros em vários pontos do país. E foi por isso que, em Junho de 2006, os Vereadores do PSD consideraram oportuno recomendar à Câmara Municipal de Ovar a

mobilização do seu conhecimento institucional para criar um Centro de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências no âmbito da OVARFORMA.

Assim, com a confirmação desta notícia, o PSD congratula-se pelo facto da Câmara Municipal ter posto em prática o projecto proposto pelos vereadores do PSD, considerando que, desta forma, potencia-se a actividade de uma empresa municipal que já tem alguma experiência e currículo nesta área e, por outro lado, dá-se um contributo importante para a qualificação e formação profissional de toda uma comunidade com evidentes carências de qualificação profissional e, muito em particular, de emprego. – **Do nosso correspondente**

Conflictualidade e incerteza instaladas no executivo socialista vareiro

O mau estar e o divisionismo estão definitivamente instalados no seio do executivo socialista na Câmara Municipal de Ovar.

Eu já tinha relatado uma das últimas situações de manifestada divergência pública entre os actuais Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal de Ovar, numa das últimas reuniões da Câmara Municipal de Ovar, na qual a maioria socialista se dividiu mais uma vez, revelando uma preocupante fragilidade e falta de coesão interna que começa a colocar em causa o normal funcionamento da gestão camarária.

O mau estar entre os membros da maioria socialista é já um facto público e evidenciou-se no ponto da ordem de trabalhos dessa sessão, relacionado com a apreciação do Relatório Final do Concurso Limitado sem apresentação de candidaturas para Aquisição de Serviços de Auditoria, Certificação Legal e Consolidação das Contas e Consultoria.

O Presidente da Câmara e dois Vereadores socialistas votaram a favor e o Vice-Presidente absteve-se.

Apesar de terem manifestado inicialmente a sua discordância, os vereadores do PSD reconsideraram a sua posição e o seu SENTIDO DE RESPONSABILIDADE falou mais alto, acabando por se abster, embora lavrando uma Declaração de Voto que aqui reproduzo na íntegra.

“DECLARAÇÃO DE VOTO sobre o Concurso Limitado sem apresentação de candidaturas para Aquisição de Serviços de Auditoria, Certificação Legal e Consolidação das Contas e Consultoria

Os Vereadores do PSD abstêm-se na votação do Relatório Final do Concurso Limitado sem apresentação de candidaturas para Aquisição de Serviços de Auditoria, Certificação Legal e Consolidação das Contas e Consultoria, no valor de 72.000,00 € (acrescido de IVA), pelas seguintes duas razões fundamentais:

1. Não concordamos, e consideramos extemporânea, uma deliberação que ultrapasse o limite temporal do presente mandato, ou seja, como a presente aquisição de serviços é por três anos, perdura até ao final de 2010, sendo que o presente mandato autárquico termina já no próximo ano de 2009;

2. Consideramos pertinentes muitos dos aspectos que motivaram a reclamação de um dos concorrentes ao concurso supra citado (que se anexa a esta declaração de voto);

Contudo, e apesar destas discordâncias, o nosso sentido de responsabilidade recomenda-nos não protelar uma decisão que poderia arrastar a Câmara Municipal de Ovar para uma situação de incumprimento da lei, com todas as consequências daí inerentes para o normal funcionamento da autarquia.

Mais. Os Vereadores do PSD recomendam à maioria socialista na Câmara Municipal de Ovar que, daqui para a frente, faça melhor o seu “trabalho de casa” e que se entenda, de uma vez por todas, sobre aspectos fundamentais da gestão da autarquia, como evidenciam os múltiplos desentendimentos e divergências públicas que têm existido entre o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores que ele próprio escolheu para o secundar.

A gestão da causa pública exige rigor, competência e sentido de responsabilidade. Exigências que manifestamente não têm sido reveladas pela maioria socialista e que o PSD lamenta profundamente.

*

A entrevista que David Almeida concedeu esta semana ao Jornal de Ovar é mais uma “gota de água” num copo que já está a transbordar!

A autoridade democrática está posta em causa e a motivação dos funcionários da autarquia anda pelas “ruas da amargura”!

A situação é INSUSTENTÁVEL. Até quando? – **Do nosso correspondente, Álvaro Santos**

4º RALLY “As Camélias de Sintra”

Perto de 40 «bóides», todos construídos entre 1928 e 1971, vão estar em prova nas sinuosas estradas da Serra de Sintra na 4ª Edição do Rally “As Camélias de Sintra” em Automóveis Antigos, o mais histórico de Portugal, que se realiza a 14 e 15 de Março.

Fantásticos automóveis como Mercedes 190 SL, de 1958, um Ford Thunderbird de 1960 ou um Porsche 356, também de 1960, vão estar em competição nas mágicas estradas de Sintra.

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra irá conduzir um Rover TC 2000, de 1970, carro que pertenceu ao jornalista, radialista e homem da TV, o saudoso Fernando Pessa, que o conduziu durante quase 40 anos, quase até à sua morte.

O Rally divide-se em três etapas: a primeira, no dia 14, tem início às 16H30 (no parque de estacionamento frente ao Tribunal de Cascais) e parte em direcção ao Hotel Estoril 7, (frente ao Cascaishoping), segue pelo Hotel da Penha Longa, Estrada da Serra, Lagoa Azul e termina na Zona Industrial da Abrunheira, Sintra.

A 2ª etapa inicia-se às 09H30 de 15 de Março, no Palácio da Vila de Sintra, e segue para São Pedro, Lagoa Azul, Rampa da Pena e regressa novamente ao Palácio da Vila para uma pausa. Na segunda fase, os concorrentes seguem em direcção a Colares, Galamares, Lourel, Estrada de Mafra, Granja do Marquês, Telhal, Belas e terminam no Palácio de Queluz, para mais uma



pausa. De Queluz, os concorrentes terminam a prova no Palácio da Pena, onde almoçam.

Finalmente a 3ª etapa, que se realiza na tarde de dia 15 de Março, tem início e fim frente ao Palácio Nacional de Sintra, passando pelo Museu de Ciência Viva, Largo do Município e volta do Duche.

Com este Rally pretende-se recuperar a tradição da Vila de Sintra

como palco privilegiado para as provas automobilísticas, aliando a beleza das paisagens de Sintra a um conjunto de automóveis com data de fabrico limitada até 1971 que, pela sua raridade e beleza, contribuem para transformar esta prova numa referência em competições deste género.

Com este objectivo, e após o sucesso verificado nos três anos anteriores, a Câmara de Sintra e o

Museu Fernando Pessa, decidiram manter a competição.

Recorde-se que o histórico Rally “As Camélias de Sintra” decorreu de 1946 a 1991. 14 anos mais tarde, pela mão do actual Presidente da Câmara de Sintra e do Museu Fernando Pessa, a prova voltou à estrada em 2005.

– CM Sintra

Visita da CPS à vila, no dia internacional da Mulher



A Comissão Política de Palmela do Partido Social Democrata (PSD), realizou sábado passado, uma visita à Vila de Palmela, aproveitando também para comemorar o Dia Internacional da Mulher, com a entrega simbólica de uma flor.

A visita, que começou no Largo do Chafariz com passagem pelo mercado municipal, zona histórica, esplanada do castelo, terminando no Largo de São João, deu aos autarcas e dirigentes locais do PSD oportunidade para constatarem “in loco” algumas situações que, na opinião dos participantes, merecem reparo.

Como primeiro exemplo, Carlos Vitorino, Presidente do PSD Palmela referiu as dezenas de casas em ruína (algumas em evidente risco de derrocada) que se encontram em toda a zona histórica, sem que se veja da parte da Câmara Municipal de Palmela vontade política de agir e inverter a situação.

No mercado municipal, a comitiva falou com os vendedores que se queixaram da falta de condições do mercado, nomeadamente da ausência de estacionamento e do facto do mercado aos sábados abrir meia hora mais tarde do que nos dias de semana.

Na esplanada do castelo, área que na opinião do PSD Palmela deveria ser emblemática da Vila verifica-se uma evidente falta de manutenção e conservação de todos os equipamentos, dando principal destaque ao lamentável estado do edifício de apoio da mesma (casas de banho públicas).

Como conclusão da visita o PSD Palmela irá propor nos órgãos autárquicos, acções concretas para que a continuação da degradação e “desertificação” da zona histórica da Vila de Palmela cesse.

A Câmara Municipal de Palmela deverá assumir as suas competências na matéria, cumprindo e fazendo cumprir o estipulado na legislação em vigor e acima de tudo, dando o exemplo em obras que são da sua responsabilidade, nomeadamente no edifício contíguo ao mercado municipal!

Só assim, na opinião dos dirigentes social democratas, será possível revitalizar a zona e atrair para a mesma novos moradores e turistas, visto actualmente a maioria dos visitantes da Vila de Palmela se limitarem a visitar o castelo, pois nada os leva a saírem das muralhas. – Do nosso correspondente

Autarcas do Faial reúnem em convenção

Mudança de governo “não comporta risco”: O líder do PSD/Açores garantiu segunda-feira que uma mudança de governo na Região “não comporta risco nenhum” e vai trazer “novas oportunidades” aos açorianos.

“Esta mudança não comporta risco nenhum. [As pessoas] não vão perder pensões, a possibilidade de acesso às escolas ou às unidades de saúde. Estas vão é melhorar”, afirmou Costa Neves, no encerramento da convenção autárquica do Faial.

Segundo o líder social-democrata, um “governo refrescado, com novas ideias, pessoas e entusiasmos vai trazer novas oportunidades”.

“É mesmo possível viver melhor nos Açores”, assegurou.

Costa Neves salientou que os social-democratas “estão em condições de garantir aos açorianos resultados que tenham impacto na vida das pessoas e que têm faltado aos socialistas”.

Aos autarcas presentes, o presidente do PSD/Açores garantiu que um governo do seu partido vai “fazer tudo” para que a actual lei das finanças locais seja alterada, dado que as autarquias mais pequenas “são as que recebem menos”.

“As câmaras municipais dos Açores são as mais prejudicadas com a aplicação da lei”, considerou.

Os autarcas social-democratas da ilha do Faial reúnem na próxima segunda-feira (10 de Março) em convenção autárquica, um evento que vai contar com a presença do líder do PSD/Açores, Costa Neves.

Os desafios do desenvolvimento local serão os temas anunciados do encontro, através de intervenções de Carla Bretão, António Almeida e Costa Neves.

Recorde-se que o PSD/Açores, através do seu presidente, defendeu recentemente que deve haver “responsabilidades acrescidas para as autarquias”, deixando claro que pretende uma estratégia “concertada”, onde haja parcerias a envolver “os privados, o governo regional e as câmaras municipais”.

O evento iniciar-se-á com a intervenção do dirigente local do PSD e vereador da câmara da Horta, Luís Garcia, seguindo-se a deputada regional Carla Bretão, com a comunicação “Térmitas: um sismo em câmara lenta”. O dirigente associativo António Almeida versará “Os desafios do poder local”, estando o encerramento dos trabalhos a cargo do presidente do PSD/Açores, Costa Neves, ao que se seguirá um espaço de debate e esclarecimento.

A convenção autárquica do PSD/Faial terá lugar no Hotel do Canal (Horta), a partir das 20 horas.



PSD é “muito diferente” do PS e vai obter “resultados”

O líder do PSD/Açores afirmou sábado que é “muito diferente” do governo socialista, assegurando que uma governação social-democrata vai obter “resultados diferentes” e que garantam “mais qualidade de vida” aos açorianos.

“Se de alguma coisa me honro é de ser muito diferente deste PS de Carlos César, pois guio-me por outros valores e terei outra atitude na governação. Temos condições para obtermos resultados diferentes, que se traduzam numa melhor qualidade de vida dos cidadãos, algo que o governo socialista não pode apresentar ao fim de 12 anos”, afirmou Costa Neves, na abertura da convenção autárquica de São Jorge.

O líder social-democrata defendeu que “é hora de se pôr fim ao desperdício de recursos e tempo” da governação socialista, salientando que a “mudança necessária não traz risco nenhum, mas sim novas oportunidades”.

Segundo o presidente do PSD/Açores, “é mesmo possível fazer melhor nos Açores e voltar à esperança”.

Costa Neves assegurou, também, que os social-democratas “não vão utilizar o governo regional para abafar ninguém”.

“Aquilo que um cidadão pode fazer por si não deve ser abafado pelo poder político”, afirmou.

O líder social-democrata referiu,

ainda, que uma das suas prioridades à frente do governo vai ser o combate à desertificação e defendeu uma “acção concertada” para resolver o problema, nomeadamente através da implementação de um conjunto de medidas que permita “fixar os jovens” nas ilhas de origem.

Governo dá “não respostas” a requerimento sobre a Escola Tomás de Borba

Os deputados do PSD eleitos pela ilha Terceira manifestaram hoje o seu repúdio por mais um conjunto de “não respostas” do executivo a um seu requerimento enviado à assembleia açoriana. Em causa está um pedido de várias informações relativas à nova Escola Tomás de Borba, que os parlamentares redigiram em Janeiro, e aos quais a tutela respondeu por “evasivas e sem fundamentar quaisquer esclarecimentos”, disse a deputada Carla Bretão.

“Face ao sucedido”, acrescenta a parlamentar, torna-se “premente uma denúncia do desrespeito que o Governo Regional mostra não só perante os deputados, mas principalmente para com os cidadãos da Ilha Terceira”, já que tais perguntas apenas e só surgem “pelos contactos estabelecidos com a população e pelas dúvidas que nos são transmitidas”, esclarece.

Recorde-se que os deputados do PSD colocaram ao Governo Regional uma série de questões “sobre uma matéria de superior importância para

o concelho de Angra do Heroísmo e sobre a qual se têm levantado muitas dúvidas, que é a entrada em funcionamento da Escola Tomás de Borba, as respectivas condições e acessibilidades”, diz um comunicado do grupo parlamentar divulgado hoje.

Assim sendo, e segundo Carla Bretão, pode concluir-se que, na altura em que a Escola Tomás de Borba vê quase concluídas as suas obras, e quando ainda muitas dúvidas subsistem quanto ao seu funcionamento e acessibilidade, “as respostas, ou melhor “não respostas” que divulgamos mostram a desorientação do Governo Regional”.

Para a deputada houve “dez anos para pensar e executar as acessibilidades e dez anos para concretizar procedimentos e definir critérios” mas, passado esse tempo “temos uma escola com condições ao nível das infra-estruturas mas, e os resultados estão à vista, nada mais foi planeado”, afirma.

Esclarecendo que os deputados têm à sua disposição “uma série de instrumentos que lhes permitem fiscalizar a actividade governamental, e onde a figura do requerimento constitui um importante meio ao permitir questionar a tutela sobre matérias cuja respectiva acção se configure pouco clara”, a deputada laranja considera que “a leitura do requerimento e da respectiva resposta são por demais elucidativas da acção do governo”, acrescenta.

- Fonte: Lusa e Gab. Imp. ALRA



ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Santarém, para reunir no próximo dia 31 de Março (Segunda-feira), pelas 21h00m, no Hotel dos Templários, em Tomar, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Um: Análise da Situação Política

Ponto Dois: Discussão e Aprovação das Contas de 2007

CARTAXO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 14 de Abril de 2008 (segunda-feira), entre as 19h00m e as 21h00m, na sede concelhia do PSD do Cartaxo, situada na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção (A urna estará aberta das 19h00 às 21h00)

NOTA: Relativamente ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos estabelece-se que, de acordo com os Estatutos Nacionais, as listas candidatas serão entregues ao Secretário da Mesa da Assembleia, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CARTAXO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Cartaxo, para reunir em sessão extraordinária no próximo dia 14 de Abril de 2008 (segunda-feira), pelas 21h00m, na sede concelhia do PSD do Cartaxo, situada na Rua Serpa Pinto, Lote 3 – 1º Dto, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto 1: Discussão e aprovação das contas 2007.

Ponto 2: Outros assuntos de interesse para a Secção.

NOTA:

a) Nos termos do nº 2 do artigo 66º dos Estatutos Nacionais, a assembleia reúne meia hora após a hora fixada, com qualquer número de militantes;

b) A presente Convocatória, com a mesma Ordem de Trabalhos, anula

a anterior Convocatória datada inicialmente para 24 de Março;

LEIRIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Secção de Leiria, para reunir no próximo dia 5 de Abril de 2008, pelas 21h00, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Análise da situação político-partidário.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Rio Maior, para reunir no próximo dia 11 de Abril de 2008, pelas 18h30, na sede concelhia, sita na Av. Paulo VI, Rio Maior, com a seguinte Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h30 às 22h30.

As listas candidatas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral na sede concelhia, ao Presidente da Mesa, ou a quem o possa substituir estatutariamente.

SANTARÉM

De acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Santarém, para reunir em sessão Plenária no próximo dia 28 de Março de 2008, sexta-feira, pelas 21h00, no auditório da sede Distrital, com a seguinte Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Apresentação e votação das contas de 2007
3. Plano de actividades e Orçamento 2008
4. Análise da Situação Política

TORRES NOVAS

Ao Abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca a Assembleia de Secção, a realizar na Sede do PSD – Torres Novas, no próximo dia 29 de Março de 2008, pelas 21h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Leitura, Discussão e Votação da acta da Assembleia anterior;
2. Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2007;
3. Apresentação, discussão e votação do Plano e Orçamento 2008;
4. Análise da situação política local.



MURTOSA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco Plenário Ordinário de militantes da JSD da Secção da Murtosa para o dia 15 de Março de 2008, pelas 14h00, a realizar na Sede Concelhia do PSD/Murtosa, sita na Av. 29 de Outubro, Murtosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Discussão e aprovação das Contas de 2007;

2 – Análise da Situação Política;

3 – Outros Assuntos considerados de interesse relevante.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(André Almeida de Oliveira)

ÉVORA

Nos termos dos Estatutos Nacionais da JSD e nos seus artigos aplicáveis, convoco o Plenário da Secção de Évora da JSD para reunir no dia 21 de Março de 2008 (sexta-feira), pelas 22 horas na Sede Distrital da JSD de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, n.º 48, em Évora com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações;

2 – Apresentação do Plano de Actividades e Orçamento;

3 – Outros.

O Presidente da Mesa do Plenário da Secção de Évora da JSD

(Gonçalo Maria Gonçalves Lopes Figueira)

PONTE DA BARCA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção de Ponte da Barca, para reunir no próximo dia 12 de Abril de 2008, pelas 9 horas, n.º 1, 4.º, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Eleição da Mesa do Plenário;

2 – Eleição da Comissão Política de Secção.

Nota:

Dar-se-á cumprimento ao mínimo requerido pelo n.º 3 do art. 12º do R.E. da JSD (1h);

A entrega de listas deve obedecer ao disposto do mesmo diploma legal.

O Presidente da Mesa do Plenário

(Osvaldo Gomes)